

LICITAÇÃO Nº 001/2026
PREGÃO ELETRÔNICO - SALSEC Nº 01/2026

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ESTRUTURAÇÃO DE OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO COMPREENDENDO A AVALIAÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITOS ELEGÍVEIS E O ASSESSORAMENTO PARA REGISTRO, ESTRUTURAÇÃO, COORDENAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, A SEREM EMITIDAS PELA SALSEC, LASTREADAS NO DIREITO AUTÔNOMO AO RECEBIMENTO DE DIREITOS CREDITÓRIOS ORIGINADOS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SALVADOR, INSCRITOS OU NÃO EM DÍVIDA ATIVA.

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DO RECEBIMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE DISPUTA DOS PREÇOS.....	6
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	7
4. DA DISPONIBILIZAÇÃO DA BASE DE DADOS DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	11
5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	13
6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .	15
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	21
8. DA FASE DO JULGAMENTO	23
9. DA NEGOCIAÇÃO.....	26
10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA	27
11. DA HABILITAÇÃO	31
12. DO RECURSO.....	47
13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	48
14. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.....	49
15. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	51
16. DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	52
17. DA ANTICORRUPÇÃO E DA INTEGRIDADE	55
18. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL.....	58
19. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	58
20. DO FORO.....	61

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO | SALSEC n.º 01/2026

A **COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE SALVADOR – SALSEC**, Sociedade de Propósito Específico – SPE, sob a forma de sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Município de Salvador, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, inscrita no CNPJ sob o nº 61.084.637/0001-06, com sede nesta Capital, na Rua das Vassouras, nº 01, 3º andar, Centro Histórico, CEP 40.026-048, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma de execução indireta, com adoção do **modo de disputa aberto e fechado**, visando à contratação do objeto descrito neste Edital e em seus anexos, sendo o julgamento realizado pelo **MENOR PREÇO**, considerando-se, para fins de classificação, a menor Taxa Percentual Global — TPG ofertada, apurada na forma deste Edital, do Anexo II, do Termo de Referência e da minuta contratual.

A presente licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SALSEC – RILC e, nos pontos expressamente recepcionados pelo RILC, pela Lei Federal nº 14.133/2021; quanto ao objeto da contratação e à operação a ser estruturada, observar-se-ão a Lei Federal nº 6.404/1976, a Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente o art. 39-A, com a redação dada pela Lei Complementar nº 208/2024, a Lei Federal nº 14.430/2022, quando aplicável, a Lei Municipal nº 9.822/2024, o Decreto Municipal nº 40.846/2025, a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, especialmente as Resoluções CVM nº 9/2020, nº 30/2021, nº 60/2021, nº 80/2022, nº 160/2022 e nº 161/2022, bem como suas alterações supervenientes, além das demais normas aplicáveis e, quando incidentes em razão do enquadramento da instituição participante, das regras de autorregulação da ANBIMA aplicáveis às ofertas públicas.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de instituição financeira especializada para a prestação de serviços técnicos de estruturação de operação de securitização, compreendendo a **avaliação da carteira de créditos elegíveis e o assessoramento para registro, estruturação, coordenação e distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, a serem emitidas pela SALSEC, lastreadas no direito autônomo ao recebimento de direitos creditórios originados de créditos tributários do Município de Salvador, inscritos ou não em dívida ativa, com instituição de regime fiduciário e constituição de patrimônio separado, admitida, quando cabível, a atuação complementar de apoio jurídico especializado**, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela coordenação e integração dos produtos da operação afetos ao seu escopo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e na minuta contratual, observadas as premissas, limites, condicionantes, entregáveis e responsabilidades previamente definidos pela SALSEC, sem transferência ao licitante da definição dos elementos essenciais da modelagem da operação.

1.1.1. O núcleo regulado do objeto, compreendido pela coordenação da oferta pública, pela interlocução regulatória e pela condução da distribuição pública dos valores mobiliários, deverá ser executado pela contratada que detenha a habilitação regulatória exigível, vedada sua transferência a terceiro não habilitado.

1.1.2. Para fins de adoção da modalidade pregão, o objeto desta licitação é considerado serviço comum, por possuir padrões de desempenho, qualidade, escopo, entregáveis e condições de execução objetivamente definidos neste Edital, no Termo de Referência e na minuta contratual.

1.2. A oferta a ser estruturada no âmbito desta contratação será oferta pública destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da regulamentação aplicável da CVM e das premissas fixadas no Termo de Referência.

1.3. A licitação será realizada em item único, com julgamento pelo MENOR PREÇO, considerando-se, para fins de classificação, a menor Taxa Percentual Global (TPG) ofertada, apurada segundo a metodologia definida neste Edital e no Anexo II, em razão da unidade técnico-operacional do objeto e da necessidade de coordenação centralizada e integrada da avaliação da carteira, da estruturação, do protocolo, do registro e da distribuição da oferta.

1.3.1. Para fins deste certame, o objeto será executado segundo parâmetros de desempenho, qualidade, conformidade regulatória, escopo, entregáveis e responsabilidades objetivamente definidos neste Edital, no Termo de Referência e na minuta contratual, por meio de especificações usuais de mercado e das premissas regulatórias aplicáveis à operação.

1.3.2. A presente licitação não tem por finalidade selecionar, por competição qualitativa aberta, soluções alternativas de modelagem jurídico-financeira, regulatória ou operacional livremente concebidas pelos licitantes, mas sim contratar a execução especializada, coordenada e integrada da solução previamente delimitada pela SALSEC para a consecução da operação.

1.3.3. Os aspectos técnicos, operacionais, de experiência e de habilitação regulatória reputados indispensáveis à adequada execução do objeto foram convertidos em requisitos mínimos de habilitação e em condições obrigatórias de execução contratual, não constituindo, para fins deste certame, fator de pontuação técnica autônoma entre propostas conformes.

1.3.4. Atendido o conjunto mínimo de requisitos de habilitação e observadas as premissas obrigatórias da contratação, a proposta mais vantajosa será identificada pela menor Taxa Percentual Global – TPG, correspondente à soma dos percentuais ofertados a título de Comissão de Estruturação – CE e Comissão de Distribuição – CD, por representar métrica econômica comparável, objetiva e auditável da remuneração principal contingente associada à estruturação, coordenação, distribuição e demais atividades compreendidas no objeto, não constituindo a TPG rubrica autônoma de pagamento.

1.4. É admitida a subcontratação parcial de atividades acessórias, instrumentais ou complementares, desde que não recaia sobre o núcleo do objeto, entendido como a coordenação e a estruturação integrada da operação e a condução do protocolo, do registro/dispensa, da coordenação e da distribuição da oferta, conforme Termo de Referência.

- 1.4.1. A subcontratação deverá ser previamente justificada e submetida à aprovação expressa da SALSEC, cabendo à contratada manter a responsabilidade integral pela execução, qualidade, conformidade regulatória e resultados dos serviços, inclusive quanto aos atos de seus subcontratados.
- 1.4.2. A subcontratação não gerará qualquer vínculo jurídico entre a SALSEC e o subcontratado, permanecendo a contratada como única responsável perante a SALSEC.
- 1.4.3. A subcontratação, quando admitida, não implicará custo adicional para a SALSEC, devendo seus custos ser integralmente internalizados nas parcelas remuneratórias ordinárias da contratada previstas neste Edital e no contrato, ressalvada exclusivamente a hipótese excepcional de ressarcimento de despesas de terceiros prevista neste Edital e na minuta contratual, limitada ao teto nominal estabelecido em ambos os instrumentos.
- 1.4.4. Sem prejuízo do disposto nos subitens anteriores, poderão ser admitidas subcontratações técnicas complementares compatíveis com a natureza do objeto, tais como:
 - I. auditoria independente, procedimentos previamente acordados e/ou due diligence do lastro;
 - II. classificação de risco (rating); e
 - III. assessorias especializadas de apoio, quando indispensáveis, observadas as regras de aprovação prévia, comprovação de compatibilidade com o mercado e responsabilidade integral da contratada.
- 1.4.5. Admite-se que a distribuição dos valores mobiliários seja realizada em regime de sindicato com outras instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, desde que a contratada, ou, em caso de consórcio, sua líder, permaneça como coordenadora líder da oferta e responsável integral perante a SALSEC.
- 1.4.6. As subcontratações realizadas pela CONTRATADA não se confundem com a contratação, pela SALSEC ou pelo patrimônio separado, de prestadores essenciais da emissão, distribuição, escrituração, custódia, administração fiduciária, manutenção ou governança da operação, tais como agente fiduciário, escriturador, custodiante, banco liquidante, auditor independente, agência de classificação de risco, assessoria jurídica, assessoria de cobrança, prestadores de apoio à conciliação de fluxos e demais agentes previstos na documentação definitiva da operação.

1.4.7. A eventual indicação, coordenação ou interação da CONTRATADA com prestadores essenciais da operação não implicará transferência à CONTRATADA de atribuições fiduciárias, decisórias, regulatórias ou de administração material do patrimônio separado que sejam próprias da SALSEC, do agente fiduciário ou de outros prestadores legal ou contratualmente responsáveis.

1.5. Integra o escopo do objeto, nos termos do Termo de Referência e da minuta contratual - Anexo IV, a realização de due diligence do lastro, a ser executada obrigatoriamente por empresa de auditoria independente, por meio de trabalho técnico baseado em procedimentos de verificação previamente definidos, com a finalidade de suportar, de forma objetiva, verificável e documental, a estruturação da operação e as providências regulatórias correlatas.

2. DO RECEBIMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE DISPUTA DOS PREÇOS

2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada por meio do sistema eletrônico a LICITANET licitações online, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, observadas as condições, regras e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

2.2. Recebimento das propostas: a partir das 14:00 horas do dia **17/06/2026** até as 09:00 horas do dia **15/07/2026**.

2.3. Abertura das propostas: **15/07/2026, às 09:00 horas**.

2.4. Início da etapa aberta de lances do modo de disputa aberto e fechado: **15/07/2026, às 09:30 horas**.

2.5. O licitante deverá observar rigorosamente as datas e os horários-limite previstos neste Edital, atentando, especialmente, para o encerramento do prazo de recebimento das propostas, a abertura da sessão pública e o início da fase competitiva.

2.6. Todas as referências de tempo constantes deste Edital, do aviso de licitação e da sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF, sendo este o horário oficialmente registrado no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.7. Eventuais alterações das datas e dos horários neste item serão divulgadas no sistema eletrônico e nos mesmos meios de publicidade utilizados para a divulgação do Edital, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido sempre que a modificação afetar a formulação das propostas.

2.7.1. Na hipótese de indisponibilidade do sistema eletrônico, ausência de expediente, falha superveniente de comunicação ou qualquer outro evento que impeça a prática regular dos atos do certame na data designada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo se houver comunicação formal da SALSEC em sentido diverso.

2.8. O modo de disputa adotado neste certame será o aberto e fechado, observadas as regras específicas do item 7 deste Edital e os parâmetros operacionais do sistema LICITANET.

2.9. Os licitantes que apresentarem propostas ou lances abaixo de 0,00 (zero centésimos) terão suas propostas desclassificadas. Ainda que a plataforma LICITANET admita lances abaixo de 0,00 (zero centésimos), a administração irá desclassificar as propostas das empresas que assim o fizerem.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do certame as pessoas jurídicas, isoladamente ou em consórcio, que:

- 3.1.1. estejam previamente credenciadas no sistema eletrônico indicado neste Edital;
- 3.1.2. possuam objeto social, atividade econômica e capacidade operacional compatíveis com o objeto da contratação;
- 3.1.3. atendam integralmente às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos; e
- 3.1.4. comprovem, já na fase de habilitação, que a licitante individual, ou, em caso de consórcio, necessariamente a empresa líder, detém aptidão regulatória para atuar como coordenadora da oferta pública objeto do certame, nos termos da regulamentação aplicável da CVM, devendo tal condição ser mantida até a conclusão da fase de distribuição.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da SALSEC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema eletrônico e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pelas informações, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

3.4. A participação no certame implica:

- 3.4.1. a aceitação integral e irretratável de todos os termos deste Edital e de seus anexos; e
- 3.4.2. a ciência de que a futura contratada e eventuais subcontratadas aprovadas deverão observar, naquilo que lhes for aplicável, o Código de Ética e Conduta da SALSEC, as regras de integridade, anticorrupção, gestão de riscos, segurança da informação e demais normativos internos expressamente aplicáveis por força do Edital, do Contrato ou da natureza do acesso a informações e ambientes da SALSEC, disponíveis em <https://salsec.com.br>.

3.5. Estarão impedidos de participar de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrem em uma ou mais das seguintes hipóteses:

- 3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e de seus anexos;
- 3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.5.4. pessoa física ou jurídica que, ao tempo da licitação, se encontre impossibilitada de participar da licitação ou de contratar em decorrência de sanção que lhe tenha sido imposta;
 - 3.5.4.1. O impedimento de que trata o subitem anterior também se aplica ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovados o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica;
- 3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da SALSEC, com agente público que desempenhe função na licitação, ou com quem atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.5.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.5.7. agente público do órgão ou entidade licitante, bem como aquele que se enquadre em situação configuradora de conflito de interesses, nos termos da legislação aplicável;
- 3.5.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- 3.5.9. pessoa jurídica cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da SALSEC;

- 3.5.10. pessoa jurídica que esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SALSEC;
 - 3.5.11. pessoa jurídica que tenha sido declarada inidônea pela União ou pelo Município de Salvador, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - 3.5.12. pessoa jurídica constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - 3.5.13. pessoa jurídica cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - 3.5.14. pessoa jurídica constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - 3.5.15. pessoa jurídica cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - 3.5.16. pessoa jurídica que tiver, em seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea; e
 - 3.5.17. pessoas físicas.
- 3.6. Não será admitida a participação de pessoa jurídica:
- 3.6.1. com falência decretada, em dissolução ou em liquidação;
 - 3.6.2. estrangeira que não atenda às condições documentais e regulatórias exigidas neste Edital; e
 - 3.6.3. que deixe de comprovar, na fase de habilitação e de manter até a assinatura do contrato e durante a execução do núcleo regulado do objeto, a autorização para funcionar no País e o atendimento das exigências regulatórias aplicáveis à coordenação da oferta pública, quando cabíveis.
- 3.7. Não se aplica ao presente certame o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, em razão da natureza regulada do objeto e das condições legais e regulatórias exigidas para a execução contratual, que demandam a atuação de instituição financeira/intermediária habilitada à coordenação e distribuição de oferta pública de valores mobiliários, nos termos do Termo de Referência e da regulamentação aplicável.
- 3.8. A pessoa jurídica em recuperação judicial ou extrajudicial poderá participar do certame, desde que comprove, na fase de habilitação, cumulativamente:
- 3.8.1. o atendimento de todos os demais requisitos de habilitação previstos neste Edital;
 - 3.8.2. a sua viabilidade econômico-financeira para assumir e executar o contrato; e

- 3.8.3. a regularidade jurídica de sua participação, nos termos da legislação de regência e das decisões judiciais aplicáveis.

3.9. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

- 3.9.1. Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, por se mostrar compatível com a natureza técnica, regulatória e operacional do objeto, observadas as disposições deste Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.
- 3.9.2. O consórcio deverá ser apresentado, na fase de habilitação, por meio de compromisso público ou particular de sua constituição, subscrito pelos consorciados, contendo, no mínimo:
- 3.9.2.1. a indicação da empresa líder, responsável pela representação do consórcio perante a SALSEC durante a licitação e a execução contratual;
- 3.9.2.2. a atribuição, à líder, de poderes expressos para praticar todos os atos necessários à condução do certame e à execução do contrato, inclusive receber notificações, intimações e citações;
- 3.9.2.3. a declaração de responsabilidade solidária de todos os integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
- 3.9.2.4. a indicação do integrante que assumirá a responsabilidade técnica pelos serviços de estruturação e distribuição, quando a experiência técnica exigida for por ele demonstrada; e
- 3.9.2.5. a declaração de que a empresa líder exercerá, com exclusividade perante a SALSEC, o papel de coordenadora líder da oferta pública, podendo os demais consorciados atuar apenas em atividades complementares compatíveis com sua habilitação e com a vedação de transferência do núcleo regulado do objeto.
- 3.9.3. A empresa consorciada não poderá participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada.
- 3.9.4. Todos os integrantes do consórcio deverão apresentar, individualmente, os documentos exigidos para habilitação jurídica e regularidade fiscal, social e trabalhista, sem prejuízo das regras específicas de qualificação técnica e econômico-financeira previstas neste Edital.
- 3.9.5. Para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na forma deste Edital.

- 3.9.6. O requisito de qualificação técnica poderá ser atendido pela empresa líder que exercerá a coordenação da oferta pública, admitindo-se, excepcionalmente, seu atendimento por outro consorciado apenas se este assumir formalmente, no compromisso de constituição do consórcio e perante a SALSEC, a responsabilidade técnica direta pela condução da oferta, sem prejuízo da demonstração, pela líder, da habilitação regulatória exigida para atuação como coordenadora líder.
- 3.9.7. Para a qualificação econômico-financeira do consórcio, aplicar-se-á o acréscimo do percentual de 10% (dez por cento).
- 3.9.8. O compromisso de constituição do consórcio não poderá revelar qualquer informação relativa à proposta comercial, à formulação de lances ou a elemento ainda protegido por sigilo no curso do certame.
- 3.9.9. O licitante vencedor deverá promover, antes da assinatura do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso apresentado.
- 3.9.10. A substituição de consorciado dependerá de autorização expressa da SALSEC e ficará condicionada à comprovação de que a nova empresa possui qualificação técnica e econômico-financeira igual ou superior à apresentada pela empresa substituída.
- 3.9.11. A interlocução formal do consórcio com a SALSEC ocorrerá por intermédio da empresa líder, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais consorciados.

4. DA DISPONIBILIZAÇÃO DA BASE DE DADOS DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

4.1. Para fins de análise da carteira, avaliação da qualidade dos créditos, mensuração de risco e adequada elaboração da proposta, a Companhia de Securitização de Salvador – SALSEC poderá disponibilizar aos interessados que atenderem aos requisitos previstos neste item acesso a relatórios, arquivos, recortes ou informações extraídos da base de dados dos créditos tributários do Município de Salvador, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive créditos constantes de parcelamentos administrativos de débitos e programas de parcelamento incentivado.

4.2. A disponibilização prevista neste item não importa acesso direto, irrestrito ou permanente à base de dados originária, aos sistemas fazendários, aos ambientes transacionais, às rotinas de extração, às ferramentas de consulta ou a documentos fiscais individualizados que não sejam formalmente disponibilizados no âmbito do certame.

4.3. O acesso aos relatórios e informações será concedido exclusivamente aos interessados que comprovem atendimento às condições objetivas previstas neste Edital e que assinem previamente o Termo de Confidencialidade, constante do Anexo VIII.

4.4. O interessado deverá solicitar acesso aos relatórios e informações por meio do e-mail comissao.licitacao@salsec.com.br até 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão pública de disputa, encaminhando, no mesmo ato, os seguintes documentos:

- I. Termo de Confidencialidade devidamente assinado por representante legal ou procurador com poderes específicos;
- II. documento que comprove os poderes de representação de quem assinar o Termo;
- III. comprovação de autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, quando aplicável;
- IV. comprovação de habilitação ou registro perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM para atuação como coordenador de oferta pública de valores mobiliários, quando aplicável;
- V. indicação de, ao menos, um ponto focal institucional responsável pelo recebimento, guarda, controle interno e eventual eliminação das informações disponibilizadas, contendo nome completo, CPF, cargo e e-mail institucional.

4.5. A indicação nominal e individualizada de usuários autorizados somente será exigida quando a forma de disponibilização dos relatórios envolver data room, login individual, link nominal, rastreabilidade de acesso, controle de download por pessoa natural ou outra solução técnica que demande autenticação individualizada, hipótese em que a SALSEC informará o número máximo de usuários admitidos por interessado e as regras operacionais aplicáveis.

4.6. Recebida a solicitação, a documentação será analisada pela SALSEC, com apoio da SEFAZ, quando necessário. Estando a documentação regular, a SALSEC encaminhará ao interessado as instruções de acesso, o prazo de disponibilidade dos relatórios ou do ambiente seguro, as credenciais ou mecanismos de acesso eventualmente aplicáveis e as regras operacionais correspondentes.

4.7. A disponibilização poderá ocorrer por meio de envio institucional, pasta eletrônica segura, data room, link protegido, mídia criptografada ou outro meio formalmente definido pela SALSEC, de acordo com a sensibilidade das informações, as condições técnicas disponíveis e as cautelas fixadas pela SEFAZ.

4.8. Quando houver credenciais, links protegidos, senhas, chaves de acesso ou mecanismos similares, o acesso será pessoal, restrito aos usuários autorizados e limitado ao prazo informado pela SALSEC, sendo vedado o compartilhamento de login, senha, link, arquivo, dado, relatório, credencial ou qualquer informação disponibilizada com terceiros não autorizados.

4.9. As informações disponibilizadas terão finalidade exclusiva de avaliação da operação e elaboração de proposta no âmbito deste certame, sendo vedada sua utilização para cobrança judicial ou extrajudicial, prospecção comercial, oferta de produtos ou serviços, enriquecimento cadastral, formação de bases privadas, alimentação de bases de terceiros, benchmarking privado, treinamento de modelos estatísticos, tecnológicos ou de inteligência artificial, mineração de dados para finalidade estranha ao certame, compartilhamento comercial, abordagem de contribuintes ou qualquer finalidade diversa daquela prevista neste Edital e no Termo de Confidencialidade.

4.10. As informações disponibilizadas na fase licitatória terão natureza preliminar, referencial e não vinculante, não representando definição final da carteira elegível, indicação definitiva dos créditos a serem cedidos, obrigação de cessão, obrigação de emissão, garantia de recuperabilidade, garantia de pagamento, garantia de performance dos créditos ou compromisso de contratação.

4.11. O interessado responderá integralmente por todos os atos praticados por seus representantes, administradores, empregados, afiliadas, consorciadas, consultores, prestadores, subcontratados ou quaisquer pessoas que tenham acesso às informações por sua intermediação, ainda que não tenham sido individualmente cadastradas perante a SALSEC.

4.12. Dúvidas sobre o acesso aos relatórios e informações deverão ser encaminhadas exclusivamente pelos canais formais de esclarecimento previstos neste Edital, não sendo admitido o fornecimento de informações, recortes ou esclarecimentos individualizados fora dos canais oficiais do certame.

4.13. O descumprimento das regras deste item e do Termo de Confidencialidade poderá ensejar a suspensão, interrupção ou bloqueio imediato da disponibilização das informações, a invalidação de links, senhas, credenciais ou meios de acesso eventualmente utilizados, a comunicação à Comissão de Licitação, a desclassificação ou inabilitação do interessado, quando cabível, a aplicação das sanções previstas neste Edital e a responsabilização civil, administrativa e penal dos envolvidos.

4.14. A solicitação, a análise documental, a assinatura do Termo de Confidencialidade, a disponibilização das informações ou eventual instabilidade técnica não suspendem nem prorrogam os prazos da licitação, cabendo ao interessado observar as datas de envio de propostas e de abertura da sessão pública previstas neste Edital, salvo decisão expressa da autoridade competente.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos acerca dos termos deste Edital e de seus anexos, exclusivamente por meio eletrônico, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, por meio da plataforma da LICITANET, onde ocorrerá a disputa, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com a identificação do requerente e a indicação objetiva do item ou da cláusula a ser esclarecido.

5.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar a impugnação, exclusivamente por meio eletrônico, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, por meio da plataforma da LICITANET, onde ocorrerá a disputa, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

5.3. Os pedidos de esclarecimento e as impugnações deverão conter, no mínimo:

- 5.3.1. a identificação do requerente;
- 5.3.2. os dados para contato e recebimento de comunicações;
- 5.3.3. a indicação precisa do item, cláusula ou documento questionado; e
- 5.3.4. a exposição objetiva dos fatos, fundamentos e pedido formulado, acompanhada dos documentos que o requerente entender pertinentes.

5.4. A Comissão de Licitação, com o apoio da área técnica demandante e, quando necessário, da assessoria jurídica, decidirá sobre a impugnação e responderá aos pedidos de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura da sessão pública.

5.5. Os pedidos de esclarecimento e as impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

- 5.5.1. Excepcionalmente, poderá ser concedido efeito suspensivo à impugnação, mediante decisão motivada nos autos, quando a matéria suscitada puder comprometer a legalidade do certame, a competitividade, a isonomia, a formulação das propostas ou o julgamento objetivo.

5.6. As impugnações, os pedidos de esclarecimento e as respectivas respostas/decisões serão divulgados no sistema eletrônico da licitação e no sítio eletrônico oficial da SALSEC, passando a integrar este Edital para todos os fins.

5.7. As respostas aos pedidos de esclarecimento e as decisões sobre impugnações vinculam os licitantes e a SALSEC.

5.8. Acolhida a impugnação, ou quando a análise de pedido de esclarecimento, de impugnação ou de ofício resultar em alteração do Edital ou de seus anexos que impacte a formulação das propostas, a modificação será divulgada pela mesma forma de publicidade do texto original, com reabertura dos prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.9. Os pedidos intempestivos não serão conhecidos como impugnação ou esclarecimento formal, sem prejuízo do dever da SALSEC de apreciar, de ofício, eventual ilegalidade, restrição indevida à competitividade ou necessidade de adequação do instrumento convocatório que deles se extraia.

5.10. Não serão conhecidos pedidos formulados por meio diverso do previsto neste item, tais como contato telefônico, mensagens instantâneas ou comunicações verbais.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, não será adotada a inversão de fases. Assim, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação das propostas, etapa aberta de lances, etapa de lance final fechado, julgamento, negociação e aceitabilidade da proposta, sendo exigidos os documentos de habilitação apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, na forma deste Edital.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico LICITANET, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, a sua proposta econômica inicial, mediante indicação da Taxa Percentual Global – TPG, que será o único parâmetro econômico computado pelo sistema eletrônico para fins de classificação, formulação de lances, apresentação de lance final fechado, negociação e ordenação das propostas.

6.3. Para fins de operação do sistema eletrônico, classificação das propostas, formulação de lances públicos sucessivos, apresentação de lance final fechado, negociação e ordenação das propostas, será considerada exclusivamente a Taxa Percentual Global – TPG ofertada pelo licitante.

6.3.1. A TPG será formada pela soma dos percentuais correspondentes à Comissão de Estruturação – CE e à Comissão de Distribuição – CD, segundo a metodologia definida no Anexo II, observada a seguinte fórmula: $TPG = CE + CD$.

6.3.2. A CE e a CD não constituirão parâmetros autônomos de disputa no sistema eletrônico, devendo ser apresentadas como componentes de formação da TPG na proposta final readequada, na forma do Anexo III, ou quando solicitadas pela Comissão de Licitação para fins de aceitabilidade, exequibilidade, transparência, rastreabilidade e controle econômico da proposta.

6.3.2.1. Quando exigida a apresentação de proposta final readequada, esta deverá observar o modelo do Anexo III, refletir fielmente a TPG correspondente ao último lance válido da etapa aberta, ao lance final fechado ou ao resultado da negociação, conforme o caso, e conter a decomposição da referida TPG nos componentes CE e CD, todos expressos na forma prevista neste Edital e no Anexo II.

6.3.2.2. A decomposição da TPG em CE e CD não poderá alterar, majorar ou condicionar a TPG final registrada no sistema eletrônico, devendo a soma dos percentuais de CE e CD corresponder exatamente à TPG final ofertada, sob pena de diligência para saneamento, se cabível, ou desclassificação da proposta, quando a inconsistência comprometer sua compreensão, aceitabilidade ou exequibilidade.

- 6.3.3. É vedada a apresentação de proposta alternativa, condicional, parcial, com componentes remuneratórios não previstos neste Edital, ou fundada em premissas incompatíveis com o objeto licitado, o Termo de Referência, a minuta contratual ou a metodologia de cálculo da Taxa Percentual Global (TPG).

6.4. Deverá ser considerado pelo Licitante para fins de elaboração e composição da sua TPG:

- 6.4.1. A remuneração da futura contratada será formada pelas parcelas correspondentes à Comissão de Estruturação (CE) e à Comissão de Distribuição (CD), observadas as respectivas bases de incidência, condições de exigibilidade e limites previstos no Termo de Referência e na minuta contratual.
- 6.4.1.1. A garantia firme obrigatória de colocação integral a estrutura da operação e constitui premissa obrigatória do objeto, devendo o Prêmio de Garantia Firme restar integralmente internalizado na Comissão de Distribuição (CD).
- 6.4.1.1.1. A garantia firme obrigatória não alcançará eventual série subordinada subscrita pelo Município de Salvador, salvo previsão expressa em sentido diverso aprovada pela SALSEC e compatível com a documentação definitiva da operação
- 6.4.1.2. A apresentação da proposta econômica implica aceitação integral, pelo licitante, da garantia firme obrigatória como premissa da operação e da correspondente repercussão dessa obrigação na composição da CD e, por consequência, da TPG, vedada a formulação de proposta que condicione, restrinja ou esvazie tal obrigação.
- 6.4.2. Os percentuais ofertados a título de CE e CD deverão contemplar, nas respectivas bases de incidência e nos limites do escopo contratual, todos os custos diretos e indiretos da execução, inclusive os custos e riscos associados à garantia firme obrigatória, ressalvada exclusivamente a hipótese excepcional de ressarcimento prevista neste Edital e na minuta contratual.
- 6.4.3. Excepcionalmente, e apenas na hipótese de decisão formal, expressa e motivada da SALSEC pelo não prosseguimento da operação ou pelo não avanço à fase subsequente, não imputável à contratada, poderá ser reconhecido ressarcimento excepcional de despesas de terceiros previamente autorizadas, observado o disposto na minuta contratual e, necessariamente, o teto nominal máximo agregado previsto no subitem 6.4.7.
- 6.4.4. O ressarcimento excepcional possui natureza restitutória, residual, não automática e não remuneratória, não se confundindo com remuneração, reequilíbrio econômico-financeiro, indenização ampla ou recomposição genérica de custos.

- 6.4.5. Somente poderão ser objeto de ressarcimento excepcional as despesas de terceiros diretamente vinculadas e estritamente necessárias à execução regular do objeto, desde que cumulativamente:
- I. tenham sido previamente autorizadas, de forma expressa, pela SALSEC;
 - II. tenham sido efetivamente incorridas e pagas pela contratada antes da decisão formal de não prosseguimento;
 - III. estejam diretamente vinculadas ao objeto contratado e à fase regularmente executada;
 - IV. estejam documentalmente comprovadas por contrato, nota fiscal ou documento equivalente, comprovante de pagamento e memória de cálculo; e
 - V. tenham sua compatibilidade com o mercado demonstrada nos autos por memorial comparativo, cotações, referências comparáveis ou outros elementos idôneos.
- 6.4.6. Salvo deliberação expressa e motivada da SALSEC em sentido mais restritivo, somente poderão compor o ressarcimento excepcional despesas de terceiros diretamente vinculadas a:
- I. classificação de risco (rating);
 - II. auditoria independente, procedimentos previamente acordados ou due diligence do lastro;
 - III. registros, emolumentos ou taxas externas exigidas por entidade administradora de mercado, autorregulador ou órgão regulador; e
 - IV. outros dispêndios externos que tenham sido individualizados, justificados e previamente autorizados pela SALSEC como não internalizados na remuneração principal.
- 6.4.7. O valor total do ressarcimento excepcional, consideradas todas as despesas ressarcíveis no âmbito do contrato, ficará limitado ao teto nominal máximo agregado de R\$ 1.230.000,00 (um milhão duzentos e trinta mil reais), fixado para fins do art. 39-A da Lei nº 4.320/1964, com a redação da LC nº 208/2024, e nos termos da minuta contratual (Anexo IV).
- 6.4.8. É vedado o ressarcimento de:
- I. custos próprios da contratada;
 - II. equipe interna, overhead, mobilização, prospecção, deslocamentos ordinários, roadshow, despesas administrativas, estrutura comercial e interface ordinária com reguladores ou investidores;

- III. custo de oportunidade, margem, lucro cessante, remuneração implícita ou upside econômico;
- IV. despesas não previamente autorizadas pela SALSEC;
- V. despesas de terceiro sem comprovação idônea de contratação, execução e pagamento;
- VI. despesas incompatíveis com preços de mercado;
- VII. despesas decorrentes de falha, atraso, inadequação técnica, seleção defeituosa de terceiro ou inadimplemento imputável à contratada; e
- VIII. despesas cuja natureza econômica já esteja abrangida, ainda que indiretamente, pelas parcelas remuneratórias ordinárias da contratada previstas neste Edital e no contrato.

6.5. Os percentuais ofertados a título de CE e CD, nas respectivas bases de incidência, deverão contemplar todos os custos, despesas, tributos, encargos, subcontratações, honorários e demais componentes necessários à integral execução do objeto, incluindo os serviços de estruturação, coordenação, protocolo, registro e distribuição da oferta, bem como, quando cabível nos termos do Termo de Referência e do Contrato, o suporte operacional inicial à fase de manutenção, inclusive os custos e riscos inerentes à garantia firme obrigatória de colocação, sem custo adicional para a SALSEC.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a data e o horário limite para recebimento/inclusão das propostas.

6.7. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- 6.7.1. está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e em seus anexos, e que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários à execução do objeto, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 6.7.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 6.7.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante forçado ou em condições análogas às de escravo;
- 6.7.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando aplicáveis;

- 6.7.5. compromete-se a observar, na licitação e na execução contratual, os deveres de integridade, livre concorrência, confidencialidade, proteção de dados, segurança da informação e prevenção a conflitos de interesses aplicáveis à contratação e aos normativos internos da SALSEC, no que couber;
- 6.7.6. aceita integralmente a garantia firme de colocação como premissa estrutural obrigatória da proposta e da contratação, observados seu limite, extensão, condições de eficácia e exigibilidade previstos neste Edital, no Termo de Referência, na minuta contratual, nos anexos técnicos e na documentação da operação;
- 6.7.7. reconhece que os percentuais ofertados a título de CE e CD, que compõem a TPG, devem contemplar todos os custos ordinários necessários à execução integral do objeto, inclusive os custos e riscos associados à garantia firme de colocação, vedada a cobrança de prêmio de garantia firme autônomo, *success fee* paralelo, remuneração adicional, rebate, *fee split*, *side letter*, ajuste colateral ou qualquer vantagem econômica não prevista neste Edital, no Termo de Referência, na minuta contratual ou na documentação da operação;
- 6.7.8. declara ciência de que eventual acesso à base de dados, documentos ou informações da carteira potencialmente elegível observará finalidade exclusiva de avaliação da operação e elaboração de proposta no âmbito deste certame, sendo vedada sua utilização para cobrança, prospecção comercial, enriquecimento cadastral, treinamento de modelos estatísticos, tecnológicos ou de inteligência artificial, desenvolvimento de produtos próprios, formação de bases privadas, benchmarking, compartilhamento com terceiros não autorizados ou qualquer finalidade diversa da prevista neste Edital, no Termo de Referência e no Termo de Confidencialidade, Sigilo Fiscal, Proteção de Dados e Segurança da Informação.

6.8. A falsidade de qualquer das declarações previstas neste item sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SALSEC, na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas aplicáveis, sem prejuízo das responsabilizações civil e penal cabíveis.

6.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após o encerramento da fase de envio de lances, observadas as regras do sistema eletrônico e ressalvadas as informações protegidas por sigilo legal, regulatório, fiscal, comercial, bancário, estratégico ou por dever de confidencialidade.

6.10. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela SALSEC ou de sua desconexão.

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.12. Para o envio da proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá preencher, no mínimo, os seguintes campos:

6.12.1. Taxa Percentual Global — TPG para efeito de classificação da proposta, formulação de lances e eventual lance final fechado, expressa em percentual (%) com 2 (duas) casas decimais; e

6.12.2. descrição do objeto, em conformidade com o Termo de Referência, vedada a inserção de qualquer elemento que identifique o licitante.

6.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.14. A Taxa Percentual Global — TPG ofertada, tanto na proposta inicial quanto na etapa aberta de lances, no lance final fechado e na negociação, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, ressalvadas as hipóteses de saneamento admitidas neste Edital que não impliquem majoração da TPG nem alteração substancial da oferta.

6.15. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com este Edital, com o Termo de Referência e com a Minuta do Contrato, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

6.16. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

6.17. Os documentos de habilitação, bem como os documentos complementares que venham a ser solicitados para esclarecimento ou confirmação das informações prestadas, serão exigidos exclusivamente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, na forma e nos prazos previstos neste Edital, admitida a realização de diligências para verificação da veracidade e suficiência da documentação apresentada.

6.18. A Taxa Percentual Global – TPG ofertada pela licitante não poderá exceder o limite máximo de 5% (cinco por cento), observado como teto remuneratório global da contratação para fins de aceitabilidade da proposta econômica.

6.19. Não será exigida garantia de proposta ou garantia de participação neste certame, considerando a natureza da contratação, a remuneração principal condicionada à conclusão exitosa da operação, a ausência de pagamento antecipado, os requisitos de habilitação técnica, regulatória e econômico-financeira previstos neste Edital e os mecanismos de aceitabilidade, exequibilidade e sanção aplicáveis.

6.19.1. A garantia firme obrigatória de colocação prevista neste Edital, no Termo de Referência e na minuta contratual não se confunde com garantia de proposta, por integrar a estrutura da operação e produzir efeitos apenas nos limites, condições, montantes e parâmetros aprovados pela SALSEC e previstos na documentação da oferta e no contrato de distribuição.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico LICITANET, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Aberta a sessão pública, a Comissão de Licitação examinará preliminarmente a conformidade das propostas apresentadas com as exigências do Edital e do Termo de Referência, especialmente quanto:

- 7.2.1. à compatibilidade formal com o objeto licitado;
- 7.2.2. à observância da forma de apresentação da proposta prevista neste Edital;
- 7.2.3. ao correto preenchimento do TPG ofertado, expresso em percentual (%) com 2 (duas) casas decimais; e
- 7.2.4. à ausência de elemento que permita a identificação do licitante.

7.3. Será desclassificada, desde logo, a proposta que:

- 7.3.1. identifique o licitante;
- 7.3.2. deixe de observar a forma de apresentação exigida neste Edital;
- 7.3.3. apresente vício insanável que impeça sua compreensão, comparação ou regular processamento no sistema; ou
- 7.3.4. esteja em desacordo com exigência essencial do Edital ou do Termo de Referência.

7.4. A desclassificação será sempre motivada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5. A não desclassificação da proposta nesta fase preliminar não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário na fase própria de julgamento e aceitabilidade.

- 7.5.1. Caso a análise preliminar de conformidade das propostas demande tempo adicional incompatível com a continuidade imediata da sessão, a Comissão de Licitação poderá suspendê-la, mediante registro no sistema, designando data e horário para sua reabertura, com divulgação aos licitantes no próprio sistema eletrônico e no sítio eletrônico da SALSEC.

7.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas em ordem crescente do TPG ofertado, sendo que somente essas participarão da fase de lances.

7.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão de Licitação e os licitantes.

7.8. O presente certame adotará o modo de disputa aberto e fechado, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos na etapa aberta, seguidos de oportunidade para apresentação de lance final fechado, observadas as regras deste Edital e do sistema eletrônico.

7.9. Iniciada a etapa aberta de lances, os licitantes classificados deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento do lance e da TPG consignada no respectivo registro.

7.10. Cada lance deverá corresponder à oferta de nova TPG, expressa em percentual (%) com 2 (duas) casas decimais.

7.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para a abertura da etapa competitiva, o intervalo mínimo entre lances e as demais regras estabelecidas neste Edital.

7.12. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.13. Serão admitidos lances intermediários, assim considerados aqueles inferiores ao último lance ofertado pelo próprio licitante e superiores ao menor TPG até então registrado no certame.

7.14. O intervalo mínimo entre os lances será de 0,01 (um centésimo) ponto percentual, aplicável tanto aos lances intermediários quanto ao lance destinado a superar a melhor oferta registrada.

7.15. Não serão aceitos, na etapa aberta, dois ou mais lances de mesma TPG, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, observadas as regras do sistema eletrônico.

7.16. Durante o transcurso da etapa aberta, os licitantes serão informados, em tempo real, da menor TPG registrada, vedada a identificação do licitante.

7.17. Caso o licitante não apresente lances na etapa aberta, concorrerá com a TPG constante de sua proposta econômica inicial registrada no sistema eletrônico.

7.18. A etapa aberta de lances terá duração de 15 (quinze) minutos.

7.19. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances da etapa aberta será automaticamente encerrada.

7.20. Encerrada a etapa aberta, o sistema abrirá oportunidade para apresentação de lance final fechado, no prazo de até 5 (cinco) minutos, ao licitante autor da menor TPG e aos licitantes autores das ofertas subsequentes com TPG até 10% (dez por cento) superior à menor TPG registrada ao final da etapa aberta.

7.20.1. Para fins do subitem anterior, a expressão “até 10% superior” será interpretada como variação relativa sobre a menor TPG registrada, e não como acréscimo de 10 pontos percentuais.

7.21. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições do subitem 7.20, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer lance final fechado no prazo de até 5 (cinco) minutos.

7.22. O lance final fechado será sigiloso até o encerramento do prazo de sua apresentação, sendo vedada sua visualização pelos demais licitantes e pela SALSEC antes da abertura automática pelo sistema, ressalvado o acesso pelos órgãos de controle na forma da legislação aplicável.

7.23. O licitante convocado para a etapa de lance final fechado poderá optar por manter sua última oferta válida da etapa aberta ou apresentar melhor oferta, observado o critério de menor TPG e as regras do sistema.

7.24. Encerrado o prazo para apresentação dos lances finais fechados, o sistema ordenará e divulgará a classificação provisória das propostas em ordem crescente de TPG, considerando a proposta inicial, o último lance válido da etapa aberta ou o lance final fechado, conforme o caso.

7.25. A Comissão de Licitação poderá, de forma motivada e registrada no sistema, desconsiderar ou excluir lance manifestamente inconsistente, inexecutável ou incompatível com a regularidade da disputa, especialmente quando tal lance puder comprometer a definição dos licitantes aptos à etapa de lance final fechado, sem prejuízo da posterior realização de diligência de exequibilidade na forma deste Edital.

7.26. No caso de desconexão da Comissão de Licitação, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, salvo se a desconexão, indisponibilidade ou falha afetar a integridade, o sigilo, a igualdade de acesso ou a regularidade da etapa de lance final fechado.

7.26.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão de Licitação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, ou quando houver falha que comprometa a etapa fechada, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes, no sistema eletrônico e no sítio eletrônico da SALSEC, preservado, quando tecnicamente possível, o sigilo dos lances finais eventualmente registrados.

7.27. Encerrada a etapa de lances, o sistema ordenará as propostas classificadas.

8. DA FASE DO JULGAMENTO

8.1. Encerradas a etapa aberta de lances e a etapa de lance final fechado, o julgamento das propostas observará o critério de menor preço, considerando-se, para fins de classificação, a menor TPG válida ofertada.

8.2. As propostas serão classificadas em ordem crescente do TPG ofertado, observados a fórmula, as variáveis, as premissas fixas e a metodologia de cálculo previstas neste Edital, no Termo de Referência e no Anexo II, sendo vedado computar vantagens não previstas no instrumento convocatório.

- 8.2.1. Na fase de julgamento, a análise das propostas limitar-se-á à verificação objetiva de sua conformidade com este Edital, com o Termo de Referência, com a minuta contratual e com a metodologia de apuração do TPG, vedada a atribuição de pontuação subjetiva a aspectos técnicos já convertidos em requisitos mínimos de habilitação, conformidade regulatória e execução contratual.
 - 8.2.2. Serão desclassificadas as propostas que alterem, restrinjam, condicionem ou infirmem as premissas obrigatórias da operação definidas pela SALSEC, inclusive quanto ao escopo mínimo dos serviços, à responsabilidade da contratada, à metodologia de apuração do TPG ou à estrutura remuneratória prevista neste Edital.
 - 8.2.3. Também serão desclassificadas as propostas que condicionem a execução do objeto à adoção de modelagem essencial diversa da prevista nos documentos da contratação, ou que contenham reservas incompatíveis com a coordenação integrada da operação e com a responsabilidade da contratada pela condução do núcleo regulado do objeto.
 - 8.2.4. A conformidade técnica, regulatória e operacional mínima exigida para a execução do objeto será aferida na forma das disposições deste Edital relativas à proposta, à aceitabilidade e à habilitação, não cabendo, na fase de julgamento, a criação de critérios qualitativos adicionais não previstos no instrumento convocatório.
- 8.3. Será considerada provisoriamente classificada em primeiro lugar a proposta que apresentar a menor TPG válida após o encerramento da etapa aberta e, quando houver, da etapa de lance final fechado, sem prejuízo da posterior fase de negociação, da verificação de aceitabilidade da proposta e do exame da habilitação, na forma deste Edital.
- 8.4. Não se aplica ao presente certame o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, inclusive para fins de empate ficto, em razão da natureza regulada do objeto e das condições legais e regulatórias exigidas para sua execução, que demandam a atuação de instituição financeira/intermediária habilitada à coordenação e distribuição de oferta pública de valores mobiliários, nos termos do Termo de Referência e da regulamentação aplicável.
- 8.5. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas classificadas, assim consideradas aquelas que apresentem a mesma Taxa Percentual Global – TPG após o encerramento da etapa aberta de lances, da etapa de lance final fechado e da ordenação provisória das propostas, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate nesta ordem:
- I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - II. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

- III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
 - V. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - a) empresas estabelecidas no território do Estado da Bahia;
 - b) empresas brasileiras;
 - c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
 - VI. persistindo o empate após a aplicação dos critérios anteriores, será realizado sorteio.
- 8.5.1. Para a aplicação do critério previsto no inciso II, somente poderão ser utilizadas avaliações relativas a contratos de objeto similar, observados critérios objetivos, isonômicos, previamente instituídos pela SALSEC e devidamente registrados nos autos.
 - 8.5.2. Caso seja aplicável o critério previsto no inciso II e haja necessidade de apresentação de documentos ou informações complementares pelos licitantes empatados, a Comissão de Licitação poderá suspender o certame, divulgará os critérios objetivos aplicáveis e os documentos a serem apresentados, e concederá prazo comum de 5 (cinco) dias úteis para protocolo, assegurado tratamento isonômico aos licitantes em situação de empate.
 - 8.5.3. Inexistindo sistema objetivo de avaliação de desempenho contratual prévio instituído pela SALSEC, não havendo avaliação aplicável a contrato de objeto similar ou não sendo possível aplicar o critério de forma objetiva e isonômica ao caso concreto, a Comissão de Licitação registrará a circunstância nos autos e passará ao critério de desempate subsequente.
 - 8.5.4. O sorteio previsto no inciso VI será realizado em ato público, por meio do sistema eletrônico, quando houver funcionalidade disponível, ou, se tecnicamente inviável, por outro meio eletrônico formal previamente comunicado aos licitantes, com indicação de dia, horário e forma de realização, devendo o procedimento ser registrado no sistema eletrônico e nos autos do processo.
 - 8.5.5. O resultado do julgamento e do eventual desempate será registrado no sistema eletrônico e em ata, com a indicação da classificação final das propostas, prosseguindo-se, em seguida, para a fase de negociação, na forma do item 9 deste Edital.

8.6. O resultado do julgamento e do eventual desempate será registrado no sistema eletrônico e em ata, com a indicação da classificação final das propostas, prosseguindo-se, em seguida, para a fase de negociação, na forma do item 9 deste Edital.

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Definido o resultado do julgamento e identificado o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar após a etapa aberta de lances e a etapa de lance final fechado, a Comissão de Licitação deverá negociar condições mais vantajosas com esse licitante, com base em parâmetros objetivos constantes dos autos e observados o critério de julgamento e o limite máximo de aceitabilidade da contratação.

9.1.1. Para este certame, a negociação terá por objeto, prioritariamente, a redução do TPG ofertado pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

9.1.2. A negociação não poderá implicar:

9.1.2.1. alteração do objeto licitado;

9.1.2.2. modificação da fórmula, das variáveis, das premissas fixas ou da metodologia de cálculo do TPG, bem como da estrutura econômica comparativa da proposta;

9.1.2.3. supressão, mitigação ou flexibilização de requisitos mínimos técnicos, regulatórios, operacionais ou econômico-financeiros previstos neste Edital, no Termo de Referência e na Minuta do Contrato;

9.1.2.4. alteração, mitigação, supressão, flexibilização, fracionamento, postergação ou descaracterização das premissas obrigatórias da operação, inclusive da garantia firme obrigatória de colocação, da estrutura mínima de proteção, do regime regulatório da oferta e das demais condições essenciais definidas no Termo de Referência, na minuta contratual e neste Edital; ou

9.1.2.5. apresentação de proposta alternativa, condicional, parcial ou que comprometa a comparabilidade objetiva das ofertas.

9.2. A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, poderá ser acompanhada pelos demais licitantes e deverá ser integralmente registrada.

9.3. Sempre que necessário à adequada condução da negociação, a Comissão de Licitação poderá solicitar subsídios da área técnica demandante e, em caso de dúvida jurídica específica, da assessoria jurídica, preservado o tratamento isonômico entre os licitantes e vedada qualquer negociação fora do sistema eletrônico.

9.4. Concluída a negociação, o seu resultado será divulgado a todos os licitantes no sistema eletrônico e juntado aos autos do processo licitatório.

9.5. A Comissão de Licitação solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que encaminhe, no prazo de 2 (duas) horas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta final readequada à TPG correspondente ao último lance válido, ao lance final fechado ou à TPG negociada, conforme o caso, elaborada na forma do Anexo III, contendo a decomposição da TPG final nos percentuais de CE e CD, acompanhada dos documentos complementares de proposta estritamente necessários à confirmação do conteúdo da oferta, quando solicitados.

9.5.1. A proposta final readequada deverá refletir fielmente o resultado da negociação, sendo vedado:

- 9.5.1.1. majorar a TPG final resultante do último lance válido, do lance final fechado ou da negociação;
- 9.5.1.2. inserir condições não previstas neste Edital;
- 9.5.1.3. alterar a substância da proposta originalmente apresentada; ou
- 9.5.1.4. apresentar decomposição entre CE e CD cuja soma não corresponda exatamente à TPG final registrada no sistema eletrônico, ao lance final fechado ou à TPG negociada, conforme o caso.

9.5.2. É facultado à Comissão de Licitação prorrogar o prazo previsto no subitem 9.5, mediante solicitação fundamentada apresentada pelo licitante no sistema eletrônico antes do término do prazo inicialmente concedido e desde que a prorrogação se mostre justificada e compatível com a celeridade do certame.

9.6. A proposta será desclassificada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar:

- 9.6.1. recusar-se injustificadamente a negociar;
- 9.6.2. deixar de apresentar a proposta final readequada no prazo assinalado; ou
- 9.6.3. manter, após a negociação, proposta com TPG superior ao TPG máximo aceitável da contratação.

9.7. Na hipótese de desclassificação da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, bem como quando licitante subsequente vier a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de proposta anteriormente classificada em posição superior, a Comissão de Licitação negociará condições mais vantajosas com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação.

9.8. Se, após a negociação com os licitantes remanescentes, não for obtida proposta com TPG igual ou inferior ao TPG máximo aceitável da contratação, a licitação poderá ser revogada ou declarada fracassada, na forma da regulamentação aplicável.

9.9. Encerrada a negociação e recebida a proposta final readequada, a Comissão de Licitação passará à fase de aceitabilidade da proposta, na forma do item 9 deste Edital.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a fase de negociação e recebida a proposta final readequada, a Comissão de Licitação examinará a aceitabilidade da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, verificando, cumulativamente:

- 10.1.1. a adequação da proposta ao objeto licitado e às exigências essenciais deste Edital, do Termo de Referência e da Minuta do Contrato;
- 10.1.2. a observância da forma de apresentação da proposta prevista neste Edital e da compatibilidade de seu conteúdo com o modelo do Anexo III e com a metodologia constante do Anexo II, quando exigida proposta final readequada;
- 10.1.3. a compatibilidade do TPG ofertado com o TPG máximo aceitável da contratação, resguardado o sigilo do orçamento estimado e dos elementos internos que lhe dão suporte;
- 10.1.4. a exequibilidade da proposta, quando houver indícios de inviabilidade econômica, inconsistências relevantes ou necessidade de confirmação da suficiência e consistência dos componentes econômicos da proposta e do respectivo TPG para suportar o cumprimento integral das obrigações contratuais; e
- 10.1.5. a consistência e suficiência dos documentos complementares de proposta eventualmente solicitados.

10.2. O exame de aceitabilidade limitar-se-á, em cada momento procedimental, à proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem prejuízo de sua repetição em relação aos licitantes subsequentes, na ordem de classificação, caso a proposta antecedente não seja aceita.

10.3. Para fins de aceitabilidade, não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas neste Edital, inclusive propostas alternativas, condicionais, parciais, com remuneração acessória não prevista, ou baseadas em premissas incompatíveis com o objeto licitado.

10.4. Será recusada a proposta que:

- 10.4.1. contenha vícios insanáveis;
- 10.4.2. descumpra especificações técnicas, premissas obrigatórias ou requisitos essenciais estabelecidos neste Edital, no Termo de Referência ou na Minuta do Contrato;
- 10.4.3. apresente TPG superior ao TPG máximo aceitável da contratação, mesmo após a negociação;
- 10.4.4. revele-se manifestamente inexecutável;
- 10.4.5. não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela SALSEC; ou

- 10.4.6. apresente desconformidade com outras exigências deste Edital ou de seus anexos, desde que insanável ou não passível de correção sem violação da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

10.5. Havendo indícios de inexecuibilidade, inconsistência relevante ou incompatibilidade econômica da proposta, a Comissão de Licitação poderá solicitar memorial de exequibilidade, acompanhado de documentos e informações suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de executar integralmente o objeto pelo TPG ofertado, antes de eventual decisão de recusa com esse fundamento.

- 10.5.1. A apresentação de memorial de exequibilidade não poderá alterar a proposta, majorar CE, CD ou TPG, criar novas rubricas remuneratórias, condicionar a execução a eventos não previstos no Edital ou transferir à SALSEC custos, riscos ou obrigações que, nos termos do Edital, do Termo de Referência e do Contrato, devam ser suportados pela contratada
- 10.5.2. A diligência para demonstração da exequibilidade poderá abranger, isolada ou cumulativamente, a apresentação de:
 - 10.5.2.1. memória de cálculo da TPG ofertada;
 - 10.5.2.2. demonstrativo de formação da proposta econômica, com discriminação dos componentes CE, CD e TPG, acompanhado, quando solicitado, de justificativa específica quanto à internalização, na CD, dos custos e riscos da garantia firme obrigatória;
 - 10.5.2.3. documentação idônea apta a comprovar as premissas econômicas e operacionais consideradas pelo licitante, inclusive propostas de terceiros, contratos, notas fiscais pretéritas, tabelas internas, cotações, estudos ou outros documentos equivalentes;
 - 10.5.2.4. justificativa técnica e econômica para o vulto da oferta, inclusive quanto à coerência entre CE, CD e TPG, bem como quanto à suficiência econômica da CD para absorver a garantia firme obrigatória e os custos inerentes à distribuição; e
 - 10.5.2.5. outros elementos que, motivadamente, se mostrem necessários à confirmação da viabilidade da proposta.
- 10.5.3. A SALSEC poderá, nos termos do seu Regulamento Interno, exigir do licitante demonstrativo de formação de preços ou documento equivalente de composição da proposta comercial, assegurado tratamento sigiloso às informações sensíveis de natureza concorrencial.
- 10.5.4. A inexecuibilidade não será declarada de forma sumária nem com base em presunção absoluta, devendo a decisão ser sempre motivada à luz dos elementos produzidos na diligência.

10.5.5. A eventual desconsideração, exclusão ou recusa de lance manifestamente inconsistente ou inexecutável durante a etapa competitiva, especialmente quando necessária para preservar a regularidade da convocação à etapa de lance final fechado, não afasta o dever de motivação, registro no sistema e, quando cabível, realização de diligência para demonstração da exequibilidade da proposta final.

10.6. Não será motivo para recusa da proposta a existência de falhas meramente formais, erros materiais irrelevantes ou omissões sanáveis que:

- 10.6.1. não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;
- 10.6.2. não prejudiquem sua comparabilidade objetiva com as demais propostas;
- 10.6.3. não impliquem majoração do TPG ofertado;
- 10.6.4. não alterem a substância da proposta; e
- 10.6.5. possam ser sanadas sem violação da isonomia entre os licitantes.

10.7. A Comissão de Licitação poderá autorizar o saneamento de erros materiais, omissões ou falhas formais da proposta ou dos documentos complementares de proposta, mediante solicitação e envio pelo sistema eletrônico, no prazo que fixar, desde que a correção se limite a esclarecer, complementar ou ajustar elemento preexistente, sem inovação material da oferta.

- 10.7.1. Não se admitirá, sob pretexto de saneamento:
 - 10.7.1.1. a substituição da proposta econômica por outra diversa;
 - 10.7.1.2. a inclusão posterior de condição essencial ausente da proposta original;
 - 10.7.1.3. a alteração do TPG ofertado, salvo sua redução no âmbito da negociação regularmente conduzida pela Comissão de Licitação;
 - 10.7.1.4. a exclusão de custos ou obrigações inerentes ao objeto; ou
 - 10.7.1.5. qualquer ajuste que importe em reformulação substancial da oferta.

10.8. Em razão da especificidade técnica, econômico-financeira e regulatória do objeto, a decisão sobre a aceitabilidade da proposta poderá, quando houver dúvidas quanto a sua exequibilidade, ser subsidiada por manifestação técnica escrita da área demandante e, quando cabível, da área técnica especializada, especialmente quanto:

- 10.8.1. à aderência da proposta às premissas obrigatórias da operação previstas no Termo de Referência;
- 10.8.2. à consistência das premissas econômicas e operacionais da proposta;
- 10.8.3. à suficiência dos elementos apresentados para demonstrar a exequibilidade e a consistência econômica do TPG ofertado e dos componentes da proposta; e

10.8.4. à conformidade da proposta com os requisitos técnicos, regulatórios e operacionais mínimos do objeto.

10.8.4.1. Quando a análise envolver dúvida jurídica específica relacionada à conformidade regulatória da proposta ou dos documentos complementares, a Comissão de Licitação poderá solicitar manifestação da assessoria jurídica, sem prejuízo da competência decisória que lhe cabe no certame.

10.9. Aceita a proposta, a Comissão de Licitação registrará a decisão no sistema eletrônico e dará prosseguimento à fase de habilitação, na forma do item 10 deste Edital.

10.10. Não aceita a proposta, a Comissão de Licitação convocará o licitante subsequente, na ordem de classificação, para os atos de negociação, apresentação de proposta final readequada e nova análise de aceitabilidade, repetindo-se sucessivamente o procedimento até a apuração de proposta aceitável ou a ocorrência das hipóteses previstas neste Edital para revogação ou declaração de fracasso do certame.

11. DA HABILITAÇÃO

Disposições gerais

11.1. Na presente licitação, não será adotada a inversão de fases. Assim, concluídas as fases de apresentação das propostas, etapa aberta de lances, etapa de lance final fechado, julgamento, negociação e aceitabilidade da proposta, os documentos de habilitação serão exigidos exclusivamente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, na forma deste Edital.

11.1.1. Na hipótese de participação em consórcio, a convocação para apresentação dos documentos será dirigida à empresa líder, sem prejuízo da obrigatoriedade de apresentação, por cada consorciado, dos documentos que lhe couberem, na forma deste Edital e do compromisso de constituição do consórcio.

11.1.2. A Comissão de Licitação convocará o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar para encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação no prazo de 4 (quatro) horas, prorrogável, mediante solicitação tempestiva e fundamentada do licitante e decisão motivada da Comissão de Licitação.

11.1.3. Em caso de inabilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, serão requeridos e avaliados os documentos de habilitação dos licitantes subsequentes, na ordem de classificação.

11.1.4. Quando todos os licitantes forem inabilitados, a SALSEC poderá fixar o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de nova documentação, sanadas as causas da inabilitação.

Regras gerais sobre a documentação de habilitação

11.2. A habilitação compreenderá, conforme este Edital:

- 11.2.1. habilitação jurídica;
 - 11.2.2. regularidade fiscal, social e trabalhista;
 - 11.2.3. qualificação econômico-financeira;
 - 11.2.4. qualificação técnica; e
 - 11.2.5. documentação complementar expressamente exigida neste Edital.
 - 11.2.6. A qualificação técnica e regulatória prevista neste Edital constitui o patamar mínimo e obrigatório de aptidão para a execução do objeto, destinando-se a assegurar que somente participem da etapa competitiva licitantes com capacidade operacional, experiência compatível e habilitação regulatória suficientes para a coordenação da oferta pública e a integração técnica da operação.
 - 11.2.7. Uma vez atendidos os requisitos mínimos de habilitação jurídica, regularidade, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e habilitação regulatória, a competição entre propostas conformes recairá sobre o menor TPG, nos termos deste Edital.
- 11.3. Os documentos de habilitação devem estar em nome do licitante e, quando se tratar de consórcio, em nome de cada consorciado, observado o disposto neste Edital quanto à documentação comum e específica.
- 11.3.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diverso daquele do licitante que participa do certame, salvo os casos legalmente admitidos e as hipóteses em que, pela própria natureza do documento, seja comprovadamente possível sua emissão em nome da matriz para aproveitamento pela filial, ou vice-versa.
 - 11.3.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, sejam emitidos apenas em nome da matriz e possam ser por ela utilizados.
 - 11.3.3. A veracidade das informações contidas nos documentos de habilitação poderá ser confirmada por meio de diligência, inclusive mediante consulta a sítios oficiais, bases públicas, registros cadastrais, juntas comerciais, CVM, B3 e demais órgãos ou entidades competentes, quando cabível.
 - 11.3.4. A Comissão de Licitação deverá promover o saneamento de erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos de habilitação nem a validade jurídica da situação a ser comprovada, observados a isonomia, a vinculação ao instrumento convocatório e o interesse público.

- 11.3.5. Mediante decisão fundamentada, poderá ser admitida a apresentação de documento não juntado originalmente, ou a complementação de informação relativa a documento já apresentado, desde que se trate de documento destinado a comprovar condição preexistente à data de apresentação da proposta, vedada a criação posterior de requisito de habilitação não atendido no momento oportuno.
- 11.3.6. Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados de tradução para a língua portuguesa, na forma admitida neste Edital, sem prejuízo da exigência de tradução juramentada, apostilamento ou consularização quando necessária para a contratação.
- 11.3.7. Para fins de verificação das condições de participação, habilitação, integridade e manutenção da aptidão regulatória, a SALSEC poderá consultar bases e cadastros oficiais, inclusive CEIS, CNEP, cadastros de inidoneidade dos tribunais de contas, bem como registros públicos da CVM, do Banco Central do Brasil, da B3, da ANBIMA e outros sistemas oficiais pertinentes.

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.4. A habilitação jurídica tem por finalidade comprovar a existência legal do licitante, a sua capacidade para adquirir direitos e contrair obrigações, a regularidade de sua representação e a compatibilidade de seu objeto social com o objeto da contratação, nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SALSEC.

- 11.4.1. Considerando a natureza do objeto, somente será admitida, para fins de habilitação jurídica, documentação de pessoa jurídica de direito privado cuja forma societária, objeto social e estrutura de representação sejam compatíveis com a execução das atividades centrais da contratação, especialmente a estruturação, coordenação, intermediação e distribuição de oferta pública de valores mobiliários, ou atividades equivalentes compatíveis com o escopo do Termo de Referência;
- 11.4.2. Quando o licitante participar por meio de filial, sucursal ou agência, deverá comprovar que o estabelecimento participante do certame possui poderes para praticar os atos inerentes ao objeto e à futura contratação.
- 11.4.3. Quando admitida a participação de empresa estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, a habilitação jurídica deverá demonstrar, além da existência legal da sociedade, a regularidade de sua representação no País e a existência de representante legal domiciliado no Brasil, com poderes expressos para receber citação, responder administrativa e judicialmente e praticar os atos necessários à licitação e à contratação.

- 11.4.4. Na hipótese de participação em consórcio, cada consorciado deverá comprovar, individualmente, a sua habilitação jurídica, sem prejuízo da apresentação do compromisso de constituição do consórcio, contendo, no mínimo, a indicação da empresa líder, os poderes de representação e a responsabilidade solidária dos integrantes, observadas as demais exigências deste Edital.
- 11.4.5. Os documentos de habilitação jurídica deverão refletir a situação societária vigente do licitante e a representação válida de seus administradores ou representantes legais no momento da apresentação da documentação de habilitação.
- 11.4.6. Não serão aceitas, para fins de atendimento da habilitação jurídica, formas organizacionais que, por sua natureza jurídica, objeto social, regime regulatório ou estrutura operacional, mostrem-se incompatíveis com as obrigações centrais do objeto licitado.
- 11.4.7. A comprovação da habilitação jurídica não substitui a demonstração, em capítulo próprio da qualificação técnica, da habilitação regulatória específica exigida para atuação como instituição intermediária, coordenadora ou distribuidora de ofertas públicas de valores mobiliários, quando exigida pela regulamentação aplicável e pelo Termo de Referência.
- 11.4.8. Aplicam-se à habilitação jurídica as regras gerais de diligência, verificação de autenticidade, saneamento de falhas formais e complementação de informações previstas neste Edital, desde que não impliquem criação posterior de condição de habilitação inexistente na data própria.

DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

11.5. A regularidade fiscal, social e trabalhista tem por finalidade demonstrar que o licitante, na data da verificação da habilitação, encontra-se em situação regular perante as administrações tributárias, o sistema de seguridade social, o FGTS e a Justiça do Trabalho, observado o disposto neste Edital.

- 11.5.1. A regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 11.5.1.1. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, quando aplicável;
 - 11.5.1.2. prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Dívida Ativa da União, mediante certidão conjunta emitida na forma da legislação aplicável, abrangendo inclusive as contribuições sociais/previdenciárias federais;

- 11.5.1.3. prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, quando exigível em razão da atividade exercida;
 - 11.5.1.4. prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, quando exigível em razão da atividade exercida;
 - 11.5.1.5. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, dentro do respectivo prazo de validade;
 - 11.5.1.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa, na forma da legislação aplicável; e
 - 11.5.1.7. declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, bem como das declarações relativas à inexistência de trabalho degradante ou forçado e ao cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, na forma já prestada no sistema eletrônico por ocasião do cadastramento da proposta, sem prejuízo de diligência para confirmação, quando necessária.
- 11.5.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal somente será exigida quando houver obrigação legal ou regulatória de inscrição compatível com a natureza da atividade exercida pelo licitante.
- 11.5.2.1. Na hipótese de inexistir obrigação de inscrição estadual e/ou municipal, o licitante deverá apresentar declaração fundamentada, acompanhada, sempre que possível, de documento idôneo ou consulta oficial que demonstre a dispensa ou a inaplicabilidade da inscrição.
- 11.5.3. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista deverão estar válidos na data de sua apresentação para fins de habilitação.
- 11.5.3.1. Será admitida, em sede de diligência, a atualização de certidões cuja validade tenha expirado após a data de apresentação da proposta, bem como a complementação de informações relativas a documentos já apresentados, desde que destinada à comprovação de situação preexistente e sem alteração substancial da condição de habilitação.
- 11.5.4. Na hipótese de participação em consórcio, cada consorciado deverá comprovar, individualmente, a sua regularidade fiscal, social e trabalhista, não sendo admitido o atendimento do requisito por apenas um dos integrantes.

- 11.5.5. Quando admitida a participação de empresa estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, a regularidade fiscal, social e trabalhista deverá ser comprovada em relação ao estabelecimento, filial, sucursal, agência ou representante com atuação no País, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos neste Edital.
- 11.5.6. Aplicam-se à documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista as regras gerais de diligência, saneamento e verificação previstas nos itens 10.3.4, 10.3.5 e 10.3.6 deste Edital.
- 11.5.7. A ausência de documento de regularidade fiscal, social ou trabalhista não será suprida por mera declaração, ressalvadas as hipóteses expressamente admitidas neste Edital para declarações prestadas em sistema eletrônico ou para comprovação de condição preexistente mediante diligência.
- 11.5.8. A não comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, na forma deste Edital, ensejará a inabilitação do licitante, observado o disposto quanto à realização de diligência saneadora e à convocação do licitante subsequente, na ordem de classificação.

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.6. A qualificação econômico-financeira tem por finalidade demonstrar a aptidão econômica do licitante para assumir e executar as obrigações decorrentes da contratação, consideradas a relevância econômica, a complexidade da operação, a necessidade de coordenação integrada da oferta, a obrigação de garantia firme de colocação e o suporte operacional inicial previstos neste Edital e no Termo de Referência.

- 11.6.1. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 11.6.1.1. balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;
 - 11.6.1.2. quando exigíveis em razão da forma societária, da regulação setorial ou do regime contábil aplicável ao licitante, as demonstrações referidas no subitem anterior deverão vir acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes;
 - 11.6.1.3. Índice de Liquidez Geral (ILG) resultante da aplicação da fórmula abaixo, sendo considerado habilitado o Licitante que apresentar no último exercício social, conforme modelo constante do Anexo IX:

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP) > OU = 1,00$$

ILG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

- 11.6.1.4. certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 11.6.1.5. comprovação de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), correspondente a 10% (dez por cento) da Meta de Emissão de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), apurado com base no último exercício social exigível, admitida a atualização por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da documentação de habilitação;
- 11.6.1.6. para as instituições sujeitas à supervisão prudencial ou regulatória específica, inclusive aquelas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou registradas/supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários, serão admitidas, para fins de comprovação desta seção, as demonstrações financeiras e informações contábeis ou regulatórias regularmente elaboradas, apresentadas ou publicadas perante os órgãos competentes, desde que aptas a evidenciar, de forma suficiente, a situação patrimonial e financeira do licitante.
- 11.6.2. As pessoas jurídicas constituídas há menos de 2 (dois) anos deverão apresentar as demonstrações contábeis relativas ao último exercício social exigível.
 - 11.6.2.1. As pessoas jurídicas constituídas no exercício financeiro da licitação e que ainda não disponham de demonstrações contábeis de encerramento de exercício poderão substituir os documentos referidos no subitem 10.6.1.1 pelo balanço de abertura, na forma da lei.
- 11.6.3. Em se tratando de sociedade por ações, instituição financeira ou outra entidade sujeita a regime legal ou regulatório próprio de divulgação de demonstrações financeiras, a comprovação poderá ser realizada por meio de publicação oficial, escrituração digital regularmente transmitida, documento extraído de sistema oficial ou outro meio juridicamente idôneo de comprovação.
- 11.6.4. Para este certame, não será exigido capital social mínimo, adotando-se, em seu lugar, exclusivamente, o requisito de patrimônio líquido mínimo, por ser medida menos restritiva e mais aderente à aferição da robustez econômico-financeira do licitante.
- 11.6.5. A existência de certidão positiva ou de apontamento relacionado à recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, quando juridicamente aplicáveis ao licitante, não acarretará sua inabilitação automática, desde que ele comprove, cumulativamente:

- 11.6.5.1. que o plano de recuperação judicial foi aprovado e homologado judicialmente, ou, no caso de recuperação extrajudicial, que o plano foi homologado judicialmente, quando essa homologação for exigível;
 - 11.6.5.2. que permanece em situação de viabilidade econômico-financeira, apta ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação;
 - 11.6.5.3. que atende aos demais requisitos desta seção e das demais exigências de habilitação previstas neste Edital; e
 - 11.6.5.4. que inexistente decisão judicial ou fato superveniente que evidencie a impossibilidade de contratar ou a incapacidade de execução do objeto.
- 11.6.6. Não será habilitado o licitante que se encontre com falência decretada, em liquidação judicial ou extrajudicial, intervenção, dissolução, ou submetido a regime equivalente que comprometa, de forma objetiva, sua capacidade econômico-financeira ou sua aptidão para contratar.
- 11.6.7. Na hipótese de participação em consórcio:
- 11.6.7.1. cada consorciado deverá apresentar, individualmente, os documentos previstos nos subitens 10.6.1.1 a 10.6.1.3, naquilo que lhe forem aplicáveis;
 - 11.6.7.2. para efeito de comprovação da qualificação econômico-financeira do consórcio, será admitido o somatório dos valores contábeis pertinentes de cada consorciado;
 - 11.6.7.3. o requisito de patrimônio líquido mínimo do consórcio corresponderá ao valor exigido do licitante individual acrescido de 10% (dez por cento); e
 - 11.6.7.4. a eventual substituição de consorciado, após a habilitação, dependerá de autorização expressa da SALSEC e da comprovação de que a nova empresa possui, no mínimo, a mesma capacidade econômico-financeira anteriormente demonstrada pela substituída.
- 11.6.8. A Comissão de Licitação poderá promover diligência para esclarecer ou complementar a instrução da qualificação econômico-financeira, inclusive para:
- 11.6.8.1. confirmar a autenticidade e a consistência das demonstrações contábeis e financeiras apresentadas;
 - 11.6.8.2. solicitar memória de cálculo, notas explicativas, relatório de auditoria, documentos regulatórios, esclarecimentos sobre ressalvas, ênfases ou apontamentos relevantes;

- 11.6.8.3. verificar, quando cabível, decisões judiciais, planos homologados, certidões atualizadas e outros elementos destinados a comprovar a situação econômico-financeira efetiva do licitante; e
- 11.6.8.4. sanar erros materiais ou falhas formais que não alterem a substância da documentação, nem importem criação posterior de condição de habilitação inexistente na data própria.
- 11.6.9. A diligência prevista no item anterior poderá admitir a apresentação de documento não juntado originalmente ou a complementação de informação relativa a documento já apresentado, desde que destinada a comprovar condição preexistente à data de apresentação da proposta ou da habilitação, vedada a constituição superveniente da condição exigida.
- 11.6.10. A não comprovação da qualificação econômico-financeira, na forma desta seção, ensejará a inabilitação do licitante, observadas as regras deste Edital sobre diligência saneadora e convocação do licitante subsequente, na ordem de classificação.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E REGULATÓRIA

11.7. A qualificação técnica e regulatória tem por finalidade demonstrar que o licitante possui experiência operacional efetiva, estrutura profissional mínima e habilitação regulatória compatíveis com a execução do núcleo do objeto contratado, especialmente no que se refere à estruturação, coordenação, protocolo, registro e distribuição pública de valores mobiliários representativos de dívida, nos termos deste Edital e do Termo de Referência.

- 11.7.1. Para os fins desta seção, consideram-se parcelas centrais e de maior relevância técnica do objeto:
 - 11.7.1.1. a atuação na condução de oferta pública de distribuição de valores mobiliários representativos de dívida, com responsabilidade efetiva pela coordenação da oferta; e
 - 11.7.1.2. a aptidão regulatória para atuar como instituição intermediária/coordenadora da oferta pública objeto deste certame.

- 11.7.2. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação mediante a apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter atuado como coordenadora líder ou, quando cabível, como coordenadora com responsabilidade efetiva na condução da oferta, na estruturação e distribuição de oferta pública de valores mobiliários representativos de dívida (incluindo debêntures não conversíveis), no contexto de operação estruturada lastreada em direitos creditórios e/ou no direito autônomo ao recebimento, contemplando mecanismos de segregação patrimonial e/ou direcionamento de fluxos, com efetiva precificação e liquidação financeira (total ou parcial) da oferta, realizada nos termos da Resolução CVM nº 160/2022, ou, quando se tratar de oferta realizada sob regime normativo anterior, da Instrução CVM nº 400/2003 ou da Instrução CVM nº 476/2009, em montante igual ou superior a R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), quantia equivalente a 50% (cinquenta por cento) da meta de emissão prevista no Termo de Referência.
- 11.7.2.1. O atestado deverá indicar, preferencialmente, o emissor, a natureza da operação, o valor da oferta, o montante efetivamente distribuído, subscrito, integralizado ou liquidado, a data de precificação, a data de liquidação e a função desempenhada pela licitante na operação, podendo tais informações, quando ausentes no próprio atestado, ser complementadas por declaração do emitente ou por outros documentos idôneos, inclusive aviso ao mercado, anúncio de encerramento, contrato de distribuição, documentos de oferta, comunicações à CVM, à B3, à ANBIMA ou por outros documentos equivalentes.
- 11.7.2.2. Serão admitidos atestados relativos a ofertas públicas realizadas sob regime de melhores esforços ou de garantia firme, não sendo exigida identidade absoluta entre a operação anteriormente executada e a operação objeto deste certame.
- 11.7.2.3. Não serão considerados suficientes, para atendimento do requisito deste item, documentos que demonstrem atuação meramente acessória, consultiva ou de apoio, sem responsabilidade efetiva na condução da oferta pública.
- 11.7.2.4. Não serão impostas limitações de tempo de execução pretérita nem de local específico para fins de aceitação dos atestados, observado apenas o nexo de pertinência e compatibilidade com o objeto licitado.

- 11.7.3. A habilitação regulatória prevista neste item deverá ser comprovada pela licitante individual ou, na hipótese de participação em consórcio, necessariamente pela empresa líder que exercerá o papel de coordenadora líder da oferta pública objeto deste certame, nos termos da regulamentação aplicável da CVM, devendo essa condição ser mantida desde a habilitação até a conclusão da fase de distribuição.
- 11.7.3.1. Para fins de comprovação da habilitação regulatória prevista no subitem 11.7.3, a licitante individual ou, na hipótese de participação em consórcio, necessariamente a empresa líder que exercerá o papel de coordenadora líder da oferta pública, deverá demonstrar que, na data própria de apresentação dos documentos de habilitação, possui condição regulatória ativa, válida e compatível para atuar como coordenadora de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
- 11.7.3.1.1. A comprovação de que trata o subitem 11.7.3.1 poderá ser realizada, conforme a natureza jurídica, o enquadramento regulatório e a categoria da instituição, por um ou mais dos seguintes meios:
- I. comprovante, certidão, extrato, consulta pública ou documento equivalente que demonstre registro ativo da licitante perante a CVM como coordenadora de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Resolução CVM nº 161/2022, quando esse for o regime regulatório aplicável;
 - II. documento oficial, autorização, registro, credenciamento, habilitação regulatória ou consulta a cadastro mantido por órgão regulador ou entidade competente que demonstre a aptidão da licitante para atuar na intermediação, coordenação ou distribuição pública de valores mobiliários, conforme o regime regulatório aplicável à sua categoria; ou
 - III. documento, extrato ou consulta oficial obtido em sistema ou base pública mantida pela CVM, pelo Banco Central do Brasil, pela B3, pela ANBIMA ou por outra entidade reguladora, autorreguladora ou de mercado competente, desde que permita aferir, de forma objetiva, a condição regulatória exigida para atuação como coordenadora da oferta pública objeto deste certame.

- 11.7.3.1.2. A inexistência de certidão única ou padronizada não impedirá a comprovação da habilitação regulatória por meio de conjunto documental idôneo, desde que os documentos apresentados permitam verificar, de forma clara, objetiva e auditável, que a licitante detém condição regulatória compatível com a atuação como coordenadora da oferta pública objeto da contratação.
- 11.7.3.1.3. A Comissão de Licitação poderá realizar diligências, consultas a bases públicas e registros oficiais, ou solicitar esclarecimentos e documentos complementares destinados a confirmar a autenticidade, a validade, a atualidade e o alcance da condição regulatória apresentada, observado o disposto neste Edital quanto ao saneamento de falhas formais e à vedação de criação posterior de condição de habilitação inexistente na data própria.
- 11.7.3.1.4. Não será considerada suficiente, para fins de atendimento ao subitem 11.7.3, a apresentação de documento que demonstre atuação meramente consultiva, acessória, cadastral, comercial ou de apoio operacional, sem aptidão regulatória para figurar como coordenadora líder ou coordenadora com responsabilidade efetiva na condução da oferta pública.
- 11.7.3.1.5. A ausência de comprovação da condição regulatória exigida, a existência de registro suspenso, cancelado, vencido, incompatível com o objeto ou insuficiente para a atuação como coordenadora da oferta pública ensejará a inabilitação da licitante, observado o contraditório procedimental e a possibilidade de diligência nos limites previstos neste Edital.
- 11.7.3.2. Em qualquer hipótese, a licitante deverá demonstrar aptidão para figurar como coordenadora líder ou coordenadora com responsabilidade efetiva na condução da oferta, em conformidade com a regulamentação incidente.
- 11.7.4. A licitante deverá indicar equipe técnica mínima compatível com a execução do objeto, contendo, no mínimo:
- 11.7.4.1. 1 (um) responsável técnico com experiência comprovada na coordenação, estruturação ou distribuição de ofertas públicas de valores mobiliários representativos de dívida em operações estruturadas lastreadas em recebíveis/direitos creditórios;
- 11.7.4.2. 1 (um) profissional responsável pela estruturação econômico-financeira/modelagem da operação, com experiência compatível com operações de dívida ou securitização;
- 11.7.4.3. 1 (um) profissional com experiência em execução operacional de ofertas públicas e interface com agentes de mercado; e lastreadas em recebíveis/direitos creditórios; e

- 11.7.4.4. 1 (um) profissional com experiência em rotinas de acompanhamento pós-fechamento de emissões ou operações estruturadas de dívida, para suporte à fase inicial de manutenção da operação;
- 11.7.4.5. A comprovação do vínculo entre a licitante e os profissionais indicados não será exigida como condição de habilitação, devendo estar demonstrada até a assinatura do contrato ou o início da execução, conforme dispuser o instrumento contratual, admitida a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação da SALSEC.
- 11.7.4.5.1. A comprovação do vínculo ou da disponibilidade dos profissionais indicados poderá ser realizada, conforme o caso, por meio de:
- a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou outro documento equivalente que comprove vínculo empregatício;
 - b) contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços, instrumento de consultoria, parceria profissional ou outro ajuste jurídico válido que demonstre a disponibilidade do profissional para atuação na execução contratual;
 - c) contrato social, estatuto social, ata de eleição, termo de posse ou documento societário equivalente, quando o profissional integrar o quadro societário, diretivo ou de administração da licitante;
 - d) declaração de compromisso de contratação futura ou de alocação do profissional, firmada pela licitante, acompanhada de declaração de anuência expressa do profissional indicado;
 - e) declaração de disponibilidade do profissional para atuação na execução contratual, com indicação da função a ser desempenhada, sem prejuízo de comprovação complementar a ser exigida pela SALSEC em diligência; e
 - f) outros documentos idôneos aptos a demonstrar a efetiva disponibilidade do profissional para a execução dos serviços, vedada a exigência exclusiva de vínculo empregatício como condição de habilitação.
- 11.7.5. Na hipótese de participação em consórcio:

- 11.7.5.1. o requisito de experiência previsto no subitem 10.7.2 poderá ser atendido pela licitante individual ou, em caso de consórcio, pela empresa líder que exercerá a coordenação da oferta pública, admitindo-se, excepcionalmente, seu atendimento por outro consorciado apenas se este assumir formalmente, no Termo de Intenção de constituição do consórcio e perante a SALSEC, responsabilidade técnica direta pela condução da oferta, sem prejuízo da demonstração, pela líder, da habilitação regulatória exigida para atuação como coordenadora líder;
- 11.7.5.2. A habilitação regulatória específica para atuação como coordenador/intermediário da oferta deverá ser comprovada, obrigatoriamente, pela empresa líder do consórcio, que exercerá perante a SALSEC a função de coordenadora líder da oferta, sem prejuízo de que outro consorciado comprove experiência técnica complementar compatível com parcela específica do objeto; e
- 11.7.5.3. os demais integrantes deverão demonstrar compatibilidade com as parcelas do objeto que efetivamente executarão, sem prejuízo da responsabilidade solidária do consórcio.
- 11.7.6. A experiência técnica relativa ao núcleo do objeto não poderá ser suprida exclusivamente por potencial subcontratada, permanecendo indispensável a comprovação, pela própria licitante ou pelo consorciado tecnicamente responsável, da aptidão para a estruturação, coordenação e distribuição da oferta.
 - 11.7.6.1. A eventual experiência de subcontratada somente poderá ser considerada para parcelas técnicas complementares, acessórias ou instrumentais, cuja subcontratação seja admitida pelo Termo de Referência e previamente aprovada pela SALSEC, sem prejuízo da responsabilidade integral da futura contratada.
- 11.7.7. É de responsabilidade exclusiva da licitante a apresentação completa e adequada das declarações, informações e documentos exigidos para fins de habilitação técnica e regulatória, respondendo pela veracidade e suficiência formal da documentação apresentada.
- 11.7.8. A Comissão de Licitação poderá promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução desta seção, inclusive para:
 - 11.7.8.1. confirmar a autenticidade e a veracidade dos atestados e documentos apresentados;
 - 11.7.8.2. solicitar documentos complementares necessários ao esclarecimento ou à confirmação da experiência comprovada pela licitante, da equipe técnica indicada e das informações constantes dos atestados e demais documentos apresentados;

- 11.7.8.3. consultar bases públicas, registros e informações disponíveis em sítios oficiais da CVM, da B3, da ANBIMA, do Banco Central do Brasil e de outros órgãos ou entidades competentes; e
- 11.7.8.4. sanar erros materiais ou falhas meramente formais que não alterem a substância da comprovação técnica ou regulatória, nem importem criação posterior de condição de habilitação inexistente na data própria.
- 11.7.9. A não comprovação da qualificação técnica e regulatória, na forma desta seção, ensejará a inabilitação do licitante, observadas as regras deste Edital sobre diligência saneadora e convocação do licitante subsequente, na ordem de classificação.

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR E DAS DILIGÊNCIAS FINAIS

11.8. Os documentos de habilitação serão apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o prazo fixado neste Edital, cabendo ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a responsabilidade por seu envio completo, legível, organizado e tempestivo.

- 11.8.1. Na hipótese de participação em consórcio, a documentação será encaminhada pela empresa líder, sem prejuízo da obrigatoriedade de apresentação, por cada consorciado, dos documentos que lhe couberem, devidamente identificados.
- 11.8.2. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados, preferencialmente, em formato PDF pesquisável, sem restrição de acesso, bloqueio de impressão ou proteção por senha, admitindo-se, quando necessário à adequada análise do conteúdo, a solicitação de arquivos em formato editável ou de melhor resolução.
- 11.8.3. Serão aceitos documentos:
 - 11.8.3.1. nato-digitais ou eletrônicos, desde que contenham meio idôneo de verificação de autenticidade;
 - 11.8.3.2. digitalizados a partir do original, desde que legíveis e aptos à perfeita compreensão de seu conteúdo; e
 - 11.8.3.3. obtidos em sítios oficiais, bases públicas ou sistemas mantidos por órgãos reguladores, entidades de registro, juntas comerciais, tribunais, CVM, B3, ANBIMA, Banco Central do Brasil e demais órgãos ou entidades competentes, quando cabível.
- 11.8.4. Não será exigido reconhecimento de firma, autenticação cartorária ou apresentação física de original como condição ordinária de habilitação, salvo quando houver dúvida fundada quanto à autenticidade, à integridade ou à legibilidade do documento, ou quando a exigência decorrer de imposição legal específica.

- 11.8.5. Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados de tradução para a língua portuguesa, sem prejuízo da exigência de tradução juramentada, apostilamento ou consularização, quando necessária à validade do documento no Brasil ou à formalização da contratação.
- 11.8.6. É de responsabilidade exclusiva do licitante a apresentação completa e adequada das declarações, informações e documentos exigidos para fins de habilitação, respondendo pela veracidade, autenticidade e suficiência formal da documentação apresentada.
- 11.8.7. A Comissão de Licitação poderá promover diligência para esclarecer ou complementar a instrução da habilitação, inclusive para:
 - 11.8.7.1. confirmar a autenticidade, a validade e a veracidade dos documentos apresentados;
 - 11.8.7.2. esclarecer omissões, divergências materiais, informações incompletas ou inconsistências formais;
 - 11.8.7.3. solicitar documentos complementares destinados a comprovar condição preexistente à data própria de apresentação da proposta ou da habilitação;
 - 11.8.7.4. consultar bases públicas, cadastros oficiais, registros regulatórios, decisões judiciais, demonstrações financeiras publicadas, sistemas da CVM, da B3, da ANBIMA, do Banco Central do Brasil, juntas comerciais, distribuidores judiciais e demais fontes oficiais pertinentes; e
 - 11.8.7.5. confirmar, junto ao emitente ou ao signatário, a autenticidade de atestados, declarações e demais documentos apresentados, quando houver necessidade de validação adicional.
- 11.8.8. O saneamento de erros ou falhas formais será admitido quando não alterar a substância do documento, não comprometer sua validade jurídica, não importar violação da isonomia e não representar criação posterior de condição de habilitação inexistente na data própria.
 - 11.8.8.1. Consideram-se sanáveis, em tese, erros materiais, omissões de forma, falhas de digitalização, ausência de paginação, defeitos de apresentação, inconsistências de referência interna, complementação de informação já contida em documento apresentado e atualização de certidões ou comprovantes destinados a evidenciar situação já existente.
 - 11.8.8.2. Não será admitido, sob pretexto de saneamento ou diligência:
 - 11.8.8.2.1. substituir integralmente documento inexistente por outro que constitua, pela primeira vez, condição de habilitação não demonstrada no momento devido;
 - 11.8.8.2.2. apresentar documento novo apto a criar situação jurídica ou regulatória inexistente à data própria;

- 11.8.8.2.3. alterar a estrutura subjetiva do licitante, do consórcio ou da responsabilidade técnica já declarada para fins de habilitação; ou
- 11.8.8.2.4. inovação material incompatível com a documentação anteriormente apresentada.
- 11.8.9. Quando a diligência envolver documento ou informação de natureza concorrencialmente sensível, comercialmente estratégica ou protegida por sigilo legal ou regulatório, a SALSEC poderá adotar medidas proporcionais de resguardo, sem prejuízo do controle da regularidade da habilitação e do acesso pelos órgãos de controle competentes.
- 11.8.10. O não atendimento, pelo licitante, de diligência regularmente determinada pela Comissão de Licitação, no prazo assinalado, poderá ensejar sua inabilitação, quando a providência solicitada for necessária à confirmação da regularidade da documentação, da autenticidade do documento ou da comprovação de condição exigida neste Edital.
- 11.8.11. Concluída a análise da habilitação, inclusive das diligências eventualmente realizadas, a Comissão de Licitação registrará sua decisão no sistema eletrônico e nos autos do processo, com motivação suficiente quanto ao atendimento ou não dos requisitos editalícios.
- 11.8.12. Em caso de inabilitação, serão requeridos e analisados os documentos de habilitação do licitante subsequente, na ordem de classificação, repetindo-se, no que couber, o procedimento previsto neste capítulo.

12. DO RECURSO

- 12.1. O procedimento licitatório terá fase recursal única.
- 12.2. Poderão ser interpostos recursos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação, no sistema eletrônico e no sítio eletrônico oficial da SALSEC, do ato de julgamento da habilitação.
 - 12.2.1. Em razão da fase recursal única, o recurso deverá contemplar, conforme o caso, além dos atos praticados na fase de habilitação, também aqueles praticados em decorrência:
 - 12.2.1.1. do julgamento das propostas;
 - 12.2.1.2. da negociação; e
 - 12.2.1.3. da verificação da aceitabilidade, da exequibilidade e da regularidade da proposta, dos lances públicos sucessivos, do lance final fechado e da classificação final.

12.3. Os recursos e as contrarrazões deverão ser apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio, de forma fundamentada, com a exposição clara das razões de fato e de direito, do pedido de reforma e dos documentos que o recorrente entender pertinentes.

- a) O licitante disporá de 60 (sessenta) minutos para apresentar sua manifestação de intenção de interposição de recursos.

12.4. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 5 (cinco) dias úteis e começará imediatamente após o encerramento do prazo recursal.

12.5. É assegurado aos licitantes obter vista dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, respeitado o sigilo do orçamento estimado e dos documentos relativos à formação de preços, bem como de demais documentos resguardados por sigilo bancário, estratégico, comercial, industrial ou legalmente protegido.

12.6. O recurso será dirigido à autoridade competente, por intermédio da Comissão de Licitação, que apreciará sua admissibilidade.

- 12.6.1. Admitido o recurso, a Comissão de Licitação poderá reconsiderar sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade competente para julgamento.

- 12.6.2. Não havendo reconsideração, a autoridade competente decidirá o recurso no prazo de até 10 (dez) dias úteis, admitida prorrogação motivada, com posterior divulgação da decisão no sistema eletrônico e nos autos do processo.

12.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

- 12.7.1. Também não serão conhecidos, na extensão em que inviabilizem a adequada delimitação da controvérsia, recursos genéricos, sem indicação minimamente precisa dos atos impugnados, dos fundamentos de inconformismo e do pedido recursal.

12.8. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9. A decisão que julgar o recurso será irrecorrível no âmbito administrativo desta licitação.

12.10. Exaurida a fase recursal, o objeto poderá ser adjudicado e a licitação homologada, na forma deste Edital e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SALSEC.

12.11. A revogação ou a anulação da licitação, depois de iniciada a fase de apresentação de propostas ou lances, somente ocorrerá após concedida aos licitantes oportunidade para se manifestarem, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Exaurida a fase recursal, o objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante vencedor, observadas as condições estabelecidas neste Edital.

13.2. A homologação do resultado da licitação compete à autoridade competente da SALSEC.

13.3. A adjudicação e a homologação não afastam o dever de verificação, antes da assinatura do contrato, da manutenção das condições de habilitação, da regularidade da documentação e da permanência dos requisitos regulatórios necessários à execução do objeto.

13.3.1. A verificação de que trata este item poderá abranger consulta a cadastros e bases oficiais de sanções, integridade e registros regulatórios.

13.4. Sobrevindo fato impeditivo, perda superveniente de condição de habilitação, irregularidade documental não sanada, ou impossibilidade jurídica/regulatória de contratação do adjudicatário, a SALSEC poderá deixar de celebrar o contrato, sem prejuízo da aplicação das medidas cabíveis previstas neste Edital.

14. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

14.1. Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o instrumento contratual, conforme a minuta constante do Anexo IV deste Edital.

14.1.1. O adjudicatário deverá assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação tempestiva e justificada do adjudicatário, aceita pela SALSEC.

14.1.3. Antes da assinatura do contrato, a SALSEC verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação, regularidade e qualificação exigidas neste Edital, inclusive quanto aos requisitos jurídicos, fiscais, trabalhistas, econômico-financeiros, técnicos e regulatórios pertinentes à execução do objeto.

14.1.3.1. Antes da assinatura do contrato, a SALSEC poderá exigir a reapresentação ou atualização de autorizações regulatórias, certidões, declarações de integridade, declarações de inexistência de ajustes colaterais e demais documentos cuja manutenção se revele necessária à segurança jurídica da contratação.

14.1.4. Na hipótese de participação em consórcio, o licitante vencedor deverá promover sua constituição e registro, na forma da legislação aplicável e do compromisso apresentado na habilitação, antes da celebração do contrato, no prazo e nas condições fixados na convocação.

14.1.5. Quando o adjudicatário não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, ou deixar de comprovar a manutenção das condições exigidas para a contratação, será facultado à SALSEC:

14.1.5.1. convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto à proposta final adjudicada, observado o que for compatível com o rito já realizado; ou

14.1.5.2. revogar a licitação.

14.2. O contrato decorrente desta licitação terá natureza de contrato por escopo, iniciando-se na data de sua assinatura e permanecendo vigente até a conclusão das obrigações nele previstas, observados os marcos, prazos, condições e limites definidos neste Edital, no Termo de Referência e no próprio instrumento contratual.

14.2.1. A execução contratual compreenderá, no mínimo, as atividades relacionadas à estruturação, coordenação, protocolo, registro e distribuição da oferta pública, estendendo-se até a conclusão dos atos necessários à liquidação financeira da emissão, sem prejuízo das obrigações acessórias previstas no contrato.

14.2.2. Quando expressamente previsto no Termo de Referência e no contrato, a execução poderá abranger, por prazo determinado, suporte técnico, operacional e de coordenação no início da fase de manutenção da operação, restrito ao período de implantação, transição e estabilização inicial dos fluxos operacionais da emissão, nos limites materiais e temporais fixados no instrumento contratual.

14.2.2.1. O suporte referido no subitem anterior não se confunde com a manutenção integral da operação, nem importa na assunção, pela contratada, de obrigações de acompanhamento contínuo durante toda a vigência das debêntures, salvo previsão contratual expressa e específica em sentido diverso.

14.2.3. A eventual atuação em sindicato de distribuição ou o emprego de subcontratações acessórias admitidas não afastará a responsabilidade integral da contratada, ou, em caso de consórcio, de sua líder perante a SALSEC.

14.3. A remuneração da contratada observará integralmente o disposto neste Edital, no Termo de Referência e na minuta contratual (Anexo IV), sendo formada pelas parcelas correspondentes à Comissão de Estruturação (CE) e à Comissão de Distribuição (CD), cuja soma corresponde à Taxa Percentual Global (TPG), índice de referência da remuneração principal pactuada, de natureza contingente e por resultado, vinculada à conclusão exitosa da operação, conforme definido no contrato.

14.3.1. A remuneração principal não será devida por mera entrega parcial de produtos, por decurso de prazo, por mobilização inicial ou por aceite isolado de etapas, ressalvadas exclusivamente as hipóteses expressamente previstas no contrato.

- 14.3.2. Para fins de incidência da remuneração principal, considerar-se-á exclusivamente o montante de valores mobiliários efetivamente distribuídos, subscritos, integralizados e financeiramente liquidados, inclusive, quando cabível, valores colocados em cumprimento da garantia firme, observados os limites e as condições aprovadas pela SALSEC no âmbito da operação.
- 14.3.3. É vedada a cobrança de remuneração adicional, comissão, prêmio, fee, rebate ou qualquer outra vantagem econômica não prevista no Edital e no contrato, ressalvadas exclusivamente as hipóteses previstas no item 5.4 e na minuta contratual (Anexo IV).

14.4. A minuta do contrato (Anexo IV) prevê remuneração principal contingente ao evento de sucesso e disciplina, em caráter excepcional, eventual ressarcimento de despesas de terceiros previamente autorizadas, ficando desde já estabelecido no presente Edital o teto nominal máximo agregado de R\$ 1.230.000,00 (um milhão duzentos e trinta mil reais) para qualquer ressarcimento dessa natureza, observado o disposto no subitem 6.4.7.

14.5. É expressamente vedada a celebração de instrumentos colaterais, side letters ou ajustes paralelos que modifiquem, ampliem, antecipem ou complementem a remuneração, os riscos, as obrigações ou as condições econômicas previstas neste Edital e no contrato. Qualquer ajuste dessa natureza será considerado nulo, sem prejuízo da responsabilização administrativa e demais consequências cabíveis.

14.6. Integrarão o contrato, para todos os fins, este Edital, o Termo de Referência, a proposta final adjudicada, os documentos complementares que tenham integrado validamente a fase de aceitação/habilitação e os demais anexos pertinentes.

14.7. A assinatura do contrato poderá ocorrer por meio eletrônico, inclusive com assinatura digital, desde que assegurada a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do instrumento.

15. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Os serviços objeto da contratação serão executados de forma predominantemente remota, sem prejuízo da realização de reuniões, diligências, apresentações, oficinas de trabalho e demais atividades presenciais necessárias ao adequado cumprimento do objeto.

15.2. As atividades presenciais, quando exigidas, serão realizadas:

- 15.2.1. na sede da SALSEC;
- 15.2.2. em outro local por ela indicado; ou
- 15.2.3. perante órgãos reguladores, entidades de mercado, prestadores essenciais da operação e demais instituições envolvidas na execução contratual, conforme a natureza da atividade.

15.3. As despesas de deslocamento, estadia, alimentação, logística e demais custos correlatos necessários à execução dos serviços correrão por conta da contratada, sem custo adicional para a SALSEC.

- 15.3.1. O disposto neste subitem não afasta a hipótese excepcional de ressarcimento de despesas de terceiros previamente autorizadas, estritamente nos termos e limites dos subitens 5.4.5 a 5.4.10, da minuta contratual - Anexo IV e do teto nominal previsto no subitem 6.4.7.

15.4. A eventual utilização de sindicato de distribuição ou de subcontractações acessórias admitidas neste Edital não importará em transferência do núcleo do objeto, não afastará a responsabilidade integral da contratada e não gerará qualquer custo adicional para a SALSEC, ressalvada exclusivamente a hipótese de ressarcimento excepcional disciplinada neste Edital e na minuta contratual.

15.5. A execução dos serviços deverá observar este Edital, o Termo de Referência e a minuta do contrato, especialmente quanto ao escopo, aos prazos, aos produtos, às condições técnicas, às regras regulatórias aplicáveis e à disciplina de fiscalização e gestão contratual.

16. DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Constitui infração administrativa, para os fins deste Edital, a conduta praticada pelo licitante ou pelo adjudicatário que viole dever estabelecido neste Edital, no Termo de Referência, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SALSEC ou na legislação aplicável à fase licitatória e pré-contratual.

16.2. Sem prejuízo de outras hipóteses previstas neste Edital, configuram infrações administrativas do licitante ou do adjudicatário:

- 16.2.1. deixar de entregar documentação exigida para o certame ou para a contratação, ou deixar de atender diligência regularmente determinada, quando necessária à confirmação de condição preexistente, sem justificativa aceita pela SALSEC;
- 16.2.2. não manter a proposta, inclusive quando, injustificadamente:
 - 16.2.2.1. deixar de encaminhar a proposta final readequada;
 - 16.2.2.2. recusar-se a negociar;
 - 16.2.2.3. pedir desclassificação após o encerramento da etapa competitiva; ou
 - 16.2.2.4. deixar de apresentar documentos complementares exigidos para confirmação de condição preexistente;
- 16.2.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido, ou deixar de comprovar a manutenção das condições exigidas para a contratação;
- 16.2.4. apresentar declaração falsa, documento falso ou documento materialmente inidôneo no curso da licitação ou da fase pré-contratual;

- 16.2.5. praticar ato, apresentar declaração, propor ajuste ou adotar conduta destinada a reduzir, condicionar, postergar, transferir, descaracterizar ou esvaziar a garantia firme obrigatória prevista neste Edital, no Termo de Referência e na minuta contratual;
 - 16.2.6. utilizar informações, documentos, bases de dados, modelos, relatórios, materiais ou informações da carteira potencialmente elegível para finalidade diversa da participação no certame, inclusive prospecção comercial, formação de base privada, desenvolvimento de produtos próprios, treinamento de modelos estatísticos, tecnológicos ou de inteligência artificial, benchmarking ou compartilhamento não autorizado;
 - 16.2.7. omitir conflito de interesses real, potencial ou superveniente que possa afetar a lisura do certame, a imparcialidade da recomendação técnica, a formação da proposta, o procedimento de distribuição, o bookbuilding, o rateio, a alocação ou a condução da oferta;
 - 16.2.8. fraudar a licitação, atuar em conluio, frustrar o caráter competitivo do certame ou praticar ato destinado a obter vantagem indevida no julgamento, na negociação, na aceitabilidade ou na habilitação;
 - 16.2.9. comportar-se de modo inidôneo, inclusive mediante omissão dolosa de informação relevante, indução deliberada a erro, simulação ou prática incompatível com a boa-fé objetiva e a lealdade procedimental;
 - 16.2.10. a prática, tentativa, proposta ou celebração, direta ou indireta, de acordo paralelo (side letter), carta lateral, ajuste colateral, fee split, comissão, prêmio, rebate, remuneração adicional, reembolso indireto ou qualquer outro arranjo, formal ou informal, com o objetivo ou efeito de alterar, ampliar, antecipar, complementar ou substituir as condições econômicas previstas neste Edital e na minuta contratual (Anexo IV), inclusive quanto à remuneração da contratada;
 - 16.2.11. praticar ato ilícito com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou da futura contratação; e
 - 16.2.12. descumprir, ainda na fase licitatória ou pré-contratual, deveres de integridade, confidencialidade, ética concorrencial, proteção de dados, segurança da informação ou prevenção de conflito de interesses aplicáveis ao certame.
- 16.3. Pela prática das infrações previstas neste item, poderão ser aplicadas, observado o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:
- 16.3.1. advertência;
 - 16.3.2. multa;
 - 16.3.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SALSEC, por prazo não superior a 2 (dois) anos, quando a gravidade da conduta assim o justificar.

16.4. A multa poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

- 16.4.1. no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado da contratação, nas hipóteses dos subitens 16.2.1, 16.2.2 e 16.2.3, quando não houver justificativa aceita pela SALSEC;
- 16.4.2. no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, nas hipóteses dos subitens 16.2.4 a 16.2.8, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no subitem 16.3.3, quando cabível.

16.5. A sanção prevista no subitem 16.3.3 poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente com multa, especialmente nas hipóteses de:

- 16.5.1. fraude, conluio, simulação ou frustração do caráter competitivo da licitação;
- 16.5.2. apresentação de declaração ou documentação falsa;
- 16.5.3. recusa injustificada em assinar o contrato; 16.5.4. prática de ato ilícito com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou da futura contratação; e
- 16.5.4. violação grave de dever de integridade, confidencialidade, segurança da informação ou ética concorrencial aplicável ao certame.

16.6. Na aplicação das sanções, a SALSEC observará os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando, entre outros:

- 16.6.1. a natureza e a gravidade da infração;
- 16.6.2. os danos efetivos ou potenciais causados à SALSEC;
- 16.6.3. a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;
- 16.6.4. a existência de dolo ou culpa;
- 16.6.5. a reincidência; e
- 16.6.6. a existência de circunstâncias atenuantes ou agravantes relevantes.

16.7. As multas aplicadas poderão ser descontadas de valores eventualmente devidos pela SALSEC ao sancionado, cobradas administrativamente ou judicialmente, na forma admitida pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SALSEC e pela legislação aplicável.

16.8. A apuração das infrações e a aplicação das sanções observarão processo administrativo próprio, com notificação do interessado, concessão de prazo para manifestação, produção das provas admitidas e decisão motivada.

16.9. Das decisões sancionatórias caberá recurso administrativo, na forma e no prazo previstos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SALSEC e, subsidiariamente, no instrumento contratual, quando aplicável.

16.10. A aplicação de sanção administrativa não exclui a obrigação de ressarcimento integral dos prejuízos causados à SALSEC, nem a comunicação dos fatos às autoridades competentes, quando cabível.

16.11. As infrações e penalidades inerentes à execução contratual serão disciplinadas na minuta do contrato.

17. DA ANTICORRUPÇÃO E DA INTEGRIDADE

17.1. Os licitantes, o adjudicatário e a futura contratada deverão observar, durante toda a licitação, a fase pré-contratual e a execução do contrato, os mais elevados padrões de ética, integridade, transparência, boa-fé, lealdade procedimental e conformidade com a legislação aplicável, com o Código de Ética e Conduta da SALSEC, com os normativos internos pertinentes e com as cláusulas deste Edital, do Termo de Referência e do contrato.

17.2. Para os fins deste Edital, são vedadas, sem prejuízo de outras condutas ilícitas ou antiéticas previstas na legislação e nos normativos aplicáveis, as seguintes práticas:

- 17.2.1. oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar, receber ou admitir, direta ou indiretamente, vantagem indevida de qualquer natureza, para si ou para terceiros, com o objetivo de influenciar ato, decisão, conduta ou resultado relacionado à licitação, à contratação ou à execução do contrato;
- 17.2.2. fraudar, manipular, omitir fato relevante, falsear informação, apresentar declaração ou documento falso, ou praticar qualquer expediente destinado a influenciar indevidamente o julgamento, a negociação, a aceitabilidade da proposta, a habilitação, a contratação ou a execução do objeto;
- 17.2.3. frustrar, restringir ou comprometer o caráter competitivo do certame, inclusive por conluio, ajuste, combinação de preços, afastamento indevido de licitante ou qualquer outra prática anticoncorrencial;
- 17.2.4. praticar atos que dificultem, impeçam ou interfiram indevidamente na atuação dos órgãos de fiscalização, de controle interno ou externo, da auditoria, da área de compliance, da gestão contratual ou da fiscalização do contrato;
- 17.2.5. manter relação negocial, societária, operacional ou de representação com pessoa ou entidade envolvida em esquema de corrupção, fraude, conflito de interesses ou atuação em desacordo com a legislação, quando tal circunstância comprometer a integridade da contratação;
- 17.2.6. omitir ou deixar de mitigar conflito de interesses real, potencial ou superveniente decorrente de vínculo societário, contratual, econômico, comercial, operacional, concorrencial ou relacional com investidores, potenciais investidores, prestadores essenciais, subcontratados, parceiros, grandes devedores do lastro, entidades de mercado, reguladores, agentes da operação, administradores, acionistas ou terceiros relevantes;

- 17.2.7. deixar de declarar interesse próprio, de sociedade integrante do mesmo grupo econômico, de integrante de consórcio, de participante de sindicato ou de pool na subscrição, aquisição, retenção, revenda ou estruturação econômica dos valores mobiliários da oferta, quando tal circunstância puder afetar a imparcialidade da recomendação técnica, do bookbuilding, do rateio, da alocação ou da condução da oferta;
 - 17.2.8. utilizar, divulgar ou explorar, sem autorização, informação sigilosa, informação privilegiada, dado restrito, documento interno ou elemento estratégico da SALSEC ou da operação, inclusive para obtenção de vantagem própria ou de terceiros;
 - 17.2.9. praticar conduta que configure conflito de interesses, favorecimento indevido, uso abusivo de influência, intermediação irregular ou atuação incompatível com a imparcialidade e a integridade exigidas para o certame e para a contratação.
- 17.3. Para fins deste Edital e do contrato, é vedada ao licitante, ao adjudicatário e à futura contratada a celebração, direta ou indireta, de acordo paralelo, “side letter”, carta lateral, ajuste colateral, fee split, comissão, prêmio, rebate, remuneração adicional, benefício econômico, reembolso indireto, ou qualquer outro arranjo, formal ou informal, que:
- I. tenha por efeito alterar, ampliar, antecipar, complementar ou substituir a remuneração prevista neste Edital e na minuta contratual (Anexo IV);
 - II. resulte em pagamento adicional por parte da SALSEC, do Município, de entidades controladas, coligadas ou relacionadas, ou de terceiros vinculados à operação, fora das hipóteses expressamente previstas no Edital e no contrato;
 - III. estabeleça vantagem econômica indevida, direta ou indireta, relacionada ao êxito, alocação, distribuição, bookbuilding, taxa de remuneração das debêntures, contratação de prestadores, escolha de agentes ou qualquer etapa da operação; ou
 - IV. imponha condição não prevista no instrumento convocatório que possa impactar a isonomia, a competitividade, a transparência, a seleção da proposta mais vantajosa ou a regularidade da contratação.
- 17.4. O licitante deverá declarar, por ocasião da participação no certame e, quando exigido, reiterar por ocasião da contratação, que:
- 17.4.1. não celebrou e não celebrará qualquer arranjo do tipo descrito no subitem anterior;
 - 17.4.2. não realizará qualquer repasse, comissão, remuneração, vantagem, incentivo ou benefício econômico, direto ou indireto, a agentes públicos, empregados da SALSEC, consultores, intermediários, distribuidores ou terceiros, com o objetivo de influenciar atos do certame, decisões de contratação ou condições da operação.

- 17.4.3. conhece e observará a legislação aplicável em matéria de prevenção e combate à corrupção, fraude, conflito de interesses, lavagem de dinheiro, proteção de dados, segurança da informação e integridade nas relações com a Administração e com empresas estatais;
- 17.4.4. não praticou e não praticará qualquer das condutas vedadas neste item;
- 17.4.5. adotará medidas razoáveis de integridade e controle para prevenir a ocorrência de irregularidades por seus administradores, empregados, representantes, prepostos, subcontratados e terceiros a ela vinculados; e
- 17.4.6. comunicará prontamente à SALSEC a ocorrência, suspeita ou indício relevante de fraude, corrupção, conflito de interesses, violação de sigilo, uso indevido de informação, irregularidade regulatória ou qualquer outro fato que possa comprometer a licitude, a integridade ou a regularidade da contratação.

17.5. A futura contratada deverá conduzir sua atuação de forma compatível com os padrões éticos e de integridade exigidos pela SALSEC, inclusive no relacionamento com fornecedores, subcontratados, parceiros, prestadores de serviço, reguladores, entidades de mercado e demais partes interessadas envolvidas na operação, inclusive, quando aplicável, em matéria de prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa.

17.6. A SALSEC poderá, a qualquer tempo, exigir esclarecimentos, documentos e comprovações relacionados ao cumprimento das obrigações previstas neste item, bem como realizar diligências destinadas à verificação de fatos, informações, vínculos, registros ou circunstâncias relevantes para a integridade da contratação.

17.7. A constatação de prática de fraude, corrupção, falsidade, conluio, conflito de interesses relevante, uso indevido de informação ou qualquer outra conduta vedada por este item sujeitará o responsável às consequências previstas neste Edital, no contrato, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SALSEC e na legislação aplicável, sem prejuízo da comunicação às autoridades competentes.

17.8. As obrigações previstas neste item aplicam-se, no que couber, aos consorciados, subcontratados admitidos, representantes, prepostos e demais terceiros vinculados à execução do objeto, permanecendo a futura contratada responsável pela adequada gestão de integridade de sua cadeia de execução.

17.9. O descumprimento do disposto neste item sujeitará o responsável às consequências previstas no Edital, no contrato, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SALSEC e na legislação aplicável, inclusive: desclassificação/inabilitação, rescisão contratual e aplicação de sanções administrativas, sem prejuízo da comunicação às autoridades competentes, quando cabível.

17.10. As disposições deste item não afastam a incidência das demais cláusulas editalícias e contratuais relativas à confidencialidade, segurança da informação, proteção de dados, prevenção de conflito de interesses, responsabilização administrativa e dever de cooperação com a fiscalização e os órgãos de controle.

18. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

18.1. A vigência será de 27 (vinte e sete) meses, já incluídos os 24 (vinte e quatro) meses de execução. O CONTRATO a ser firmado com o licitante vencedor terá natureza de contrato por escopo, iniciando-se na data de sua assinatura e permanecendo vigente até a conclusão das obrigações nele previstas, observados os marcos, prazos e condições estabelecidos neste Edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico, contendo, no que couber, os atos praticados no curso do certame, inclusive os registros relevantes da etapa aberta de lances, do aviso de fechamento iminente, do encerramento aleatório da etapa aberta, da convocação para a etapa de lance final fechado, dos lances finais fechados após sua abertura pelo sistema, da classificação final, do julgamento, da negociação, da aceitabilidade, da habilitação e da fase recursal.

19.2. Os pedidos de esclarecimento, as impugnações, as respostas, as decisões, os comunicados, as atas, os resultados e os demais atos praticados no curso da licitação serão divulgados no sistema eletrônico e, quando cabível, no sítio eletrônico oficial da SALSEC, passando a integrar o processo licitatório para todos os fins.

19.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos, observada a seguinte ordem:

- 19.3.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 19.3.2. Anexo II – Metodologia utilizada exclusivamente para apuração da Taxa Percentual Global – TPG, para efeito de classificação das propostas, formulação de lances, negociação e aceitabilidade;
- 19.3.3. Anexo III – Modelo de Proposta;
- 19.3.4. Anexo IV – Minuta do Contrato;
 - a) Apêndice A do Anexo IV – Especificação Técnica da Fase 1 – Fase Preliminar à Estruturação;
 - b) Apêndice B do Anexo IV – Especificação Técnica da Fase 2 – Estruturação da Operação;
 - c) Apêndice C do Anexo IV – Especificação Técnica da Fase 3 – Distribuição das Debêntures;
 - d) Apêndice D do Anexo IV – Especificação Técnica da Fase 4 – Fase Preliminar de Implantação Operacional;
- 19.3.5. Anexo V – Modelo de Compromisso de Constituição de Consórcio, de utilização facultativa, aplicável exclusivamente às hipóteses de participação consorciada;
- 19.3.6. Anexo VI – Modelo de Declarações da Licitação, contendo:
 - a) declaração de ciência e concordância com as condições contidas no Edital e em seus anexos;

- b) declaração de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários à execução do objeto, de que o licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório e de que aceita a garantia firme de colocação como premissa estrutural obrigatória da proposta e da contratação, observados seus limites, extensão, condições de eficácia e exigibilidade previstos no Edital, no Termo de Referência, na minuta contratual, nos Apêndices Técnicos do Anexo IV e na documentação da operação;
 - c) declaração de ciência sobre a finalidade exclusiva de uso da base de dados, documentos, relatórios e informações da carteira potencialmente elegível, com compromisso de observância das regras de confidencialidade, sigilo fiscal, proteção de dados, segurança da informação, controle de acesso, rastreabilidade, minimização e restrição de finalidade;
 - d) declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
 - e) declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
 - f) declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
 - g) declaração de integridade, anticorrupção, confidencialidade, ética concorrencial, proteção de dados, segurança da informação e inexistência de prática impeditiva à participação no certame, incluindo a vedação de acordos paralelos e remunerações não previstas no Edital e no contrato;
 - h) declaração de inexistência de acordos paralelos, side letters, fee split, comissão, prêmio, rebate, remuneração adicional, reembolso indireto ou qualquer outro ajuste colateral que altere, amplie, antecipe, complemente ou substitua as condições econômicas previstas no Edital e na minuta contratual, inclusive quanto à remuneração da contratada;
 - i) declaração de inexistência de conflito de interesses impeditivo da participação na licitação ou da futura contratação; e
 - j) declaração de veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados no curso da licitação;
- 19.3.6.1. As declarações prestadas em campo próprio do sistema eletrônico, quando houver correspondência material com o conteúdo do Anexo VI, dispensarão a sua reapresentação autônoma, salvo quando expressamente solicitado pela SALSEC para fins de diligência, saneamento, formalização ou instrução da contratação;

19.3.7. Anexo VII – Modelo de Declarações para Assinatura do Contrato, contendo:

- a) declaração de manutenção das condições de habilitação;
- b) declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo à contratação;
- c) declaração de manutenção da condição jurídica, regulatória, técnica e operacional necessária à execução do objeto, quando aplicável;
- d) declaração reiterando a inexistência de acordos paralelos, *side letters*, *fee split*, comissão, prêmio, rebate, remuneração adicional, reembolso indireto ou qualquer outro ajuste colateral, formal ou informal, que altere ou complemente as condições econômicas pactuadas, bem como o compromisso de não celebrar qualquer ajuste dessa natureza durante a execução contratual;
- e) declaração de ciência e observância dos normativos internos da SALSEC aplicáveis à execução contratual, inclusive aqueles relacionados à ética, integridade, segurança da informação, confidencialidade e gestão de riscos, no que couber; e
- f) quando exigido no Edital, no Termo de Referência ou no contrato, declaração de disponibilidade da equipe indicada e de compromisso de manter, durante a execução, profissional com qualificação equivalente ou superior, sem prejuízo da necessidade de aprovação prévia da SALSEC nas hipóteses de substituição;

19.3.8. Anexo VIII – Termo de Confidencialidade, Sigilo Fiscal, Proteção de Dados e Segurança da Informação para acesso a relatórios, arquivos, recortes ou informações extraídos da base de dados dos créditos tributários;

19.3.9. Anexo IX – Modelo de Declaração de Índices Econômico-Financeiros, inclusive Índice de Liquidez Geral – ILG;

19.3.10. Anexo X – Matriz de Riscos da Contratação e da Operação.

19.4. Os anexos integram este Edital de forma complementar e sistemática.

19.5. A apresentação da proposta implica pleno conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste Edital, em seus anexos e nas normas que regem a contratação.

19.6. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da SALSEC, a isonomia, a finalidade do certame, a segurança jurídica e a seleção da proposta mais vantajosa.

19.8. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Edital serão resolvidos pela Comissão de Licitação, com apoio da área técnica e, quando necessário, da assessoria jurídica, observados a Lei Federal nº 13.303/2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SALSEC, as normas específicas aplicáveis ao objeto e, subsidiariamente, os dispositivos expressamente recepcionados da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observando-se os dias de expediente da SALSEC e, quando aplicável, as regras operacionais do sistema eletrônico.

19.10. Eventual tolerância da SALSEC quanto ao descumprimento de obrigação prevista neste Edital ou no contrato não importará novação, renúncia, alteração tácita de cláusula editalícia ou contratual, nem impedirá o exercício posterior das prerrogativas legal e contratualmente cabíveis.

19.11. As alterações supervenientes da regulamentação da CVM, da autorregulação ANBIMA e de outras normas aplicáveis ao objeto serão observadas durante a execução contratual, naquilo que incidirem obrigatoriamente sobre a operação, sem descaracterização do objeto licitado, preservados o equilíbrio contratual e a vedação de alteração do núcleo da contratação sem suporte legal.

19.12. A SALSEC poderá realizar, a qualquer tempo, diligências e consultas a bases oficiais de integridade, sanções e registros regulatórios para confirmação das condições de participação, habilitação, contratação e execução.

19.13. A SALSEC poderá consolidar, antes da assinatura do contrato ou por instrumento meramente aclaratório, Anexo de Definições e Convenções Operacionais com termos técnicos utilizados neste Edital, no Termo de Referência, na minuta contratual ou na documentação da oferta, inclusive garantia firme, melhores esforços, bookbuilding, closing, patrimônio separado, lote adicional, reabertura, rateio e alocação, desde que tal consolidação não altere o objeto, a proposta vencedora, a matriz de riscos, o regime remuneratório, a garantia firme, as responsabilidades da contratada ou as aprovações exigidas da SALSEC.

19.14. A Matriz de Riscos da Contratação e da Operação integra este Edital como Anexo X, incorporado também ao contrato, constituindo instrumento vinculante para a identificação dos riscos relevantes, a alocação de responsabilidades e a definição das respectivas medidas de mitigação.

19.15. As exigências previstas neste Edital e em seus anexos foram definidas em conformidade com a natureza técnica, regulatória e operacional do objeto e suas especificações não restringem a competitividade do certame.

19.16. Este Edital e seus anexos deverão ser lidos e interpretados conjuntamente com o Termo de Referência e com a minuta do contrato, vedada interpretação isolada que esvazie a lógica técnico-operacional da contratação.

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste Edital e do contrato dele decorrente, ressalvadas as hipóteses de competência absoluta previstas em lei.

Salvador/Bahia, 15 de junho de 2026

Danielle Luz
Diretora Presidente da SALSEC